



UFAM

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO FÍSICA E FISIOTERAPIA – FEFF/UFAM
MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO FÍSICA EM REDE NACIONAL

YAN LUIS BARROS DUARTE

**GÊNERO E O FUTEBOL FEMININO NA ESCOLA:
UMA PROPOSTA PEDAGÓGICA DE EDUCAÇÃO FÍSICA
NAS SÉRIES FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL**

MANAUS – AM
2025

YAN LUIS BARROS DUARTE

GÊNERO E O FUTEBOL FEMININO NA ESCOLA: UMA PROPOSTA PEDAGÓGICA DE EDUCAÇÃO FÍSICA NAS SÉRIES FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado Profissional PROEF - Educação Física em Rede Nacional da Universidade Federal do Amazonas, como requisito para a obtenção do Título de Mestre em Educação Física. Pesquisa apoiada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal do Ensino Superior (CAPES) e da Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado do Amazonas.

Área de Concentração: Educação Física Escolar.

Orientador: Daurimar Pinheiro Leão

MANAUS – AM
2025





Ficha Catalográfica

Elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

D812g Duarte, Yan Luis Barros
Gênero e o futebol feminino na escola: uma proposta pedagógica de Educação Física nas séries finais do ensino fundamental / Yan Luis Barros Duarte. - 2025.
88 f. : il., color. ; 31 cm.

Orientador(a): Daurimar Pinheiro Leão.
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Amazonas, Programa de Pós-Graduação em Educação Física em Rede Nacional, Manaus, 2025.

1. Educação física escolar. 2. Futebol. 3. Futebol feminino. 4. Gênero. I. Leão, Daurimar Pinheiro. II. Universidade Federal do Amazonas. Programa de Pós-Graduação em Educação Física em Rede Nacional. III. Título

YAN LUIS BARROS DUARTE

**GÊNERO E O FUTEBOL FEMININO NA ESCOLA:
UMA PROPOSTA PEDAGÓGICA DE EDUCAÇÃO FÍSICA
NAS SÉRIES FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL**

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado Profissional em Educação Física em Rede Nacional – ProEF da Universidade Federal do Amazonas, como requisito parcial para a obtenção do Título de Mestre em Educação Física. Pesquisa apoiada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal do Ensino Superior (CAPES) e da Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado do Amazonas.

Área de Concentração: Educação Física Escolar.

Orientador: Daurimar Pinheiro Leão

Data da defesa: 03/10/2025

Membros componentes da Banca Examinadora:

Presidente e Orientador: Dr. Daurimar Pinheiro Leão
Universidade Federal do Amazonas

Membro Titular: Dr. Walter Roberto Correia
Universidade de São Paulo

Membro Titular: Dr. João Cláudio Braga Pereira Machado
Universidade Federal do Amazonas

Membro Suplente: Dr. Ivan de Jesus Ferreira
Universidade Federal do Amazonas

Membro Suplente: Dr. Alessandro Teodoro Bruzi
Universidade Federal de Lavras



Dedico este trabalho a meus filhos, minha esposa, meus pais, alunos, professores e a todas as meninas que sonham com um mundo mais justo.

AGRADECIMENTOS

À Deus, pelo dom da vida e pela saúde me concedida para levantar todos os dias em busca de meus objetivos.

À minha filha, Ana e aos meus filhos, Gustavo e Joaquim, por serem meus combustíveis diários na luta pela vida.

À minha esposa, Karliana Duarte, por todo suporte e força nesta jornada tão difícil.

Aos meus pais, José Duarte e Silvana Barros, por todo sacrifício em busca da qualidade em minha educação.

Ao meu orientador, Daurimar Pinheiro Leão, por toda paciência e auxílio ao longo da construção deste trabalho.

À Universidade Federal do Amazonas (UFAM), por todo o suporte acadêmico a mim oferecido desde o primeiro dia da graduação até o fim deste percurso de mestrado.

À Capes/PROEB – Programa de Educação Básica pelo oferecimento do Programa de Pós-Graduação em Educação Física em Rede Nacional – ProEF.

Aos professores e professoras, que me inspiraram a ser melhor a cada aula oferecida.

Aos meus alunos e alunas, que com seus olhos brilhantes, me fazem acreditar que é possível querermos sempre mais.



A liberdade, que é uma conquista, e não uma doação, exige uma permanente busca.

(Paulo Freire, 1970)



DUARTE, Yan Luis Barros. **GÊNERO E O FUTEBOL FEMININO NA ESCOLA:** uma proposta pedagógica de educação física nas séries finais do ensino fundamental. Orientador: Daurimar Pinheiro Leão. 2025. Número de volumes ou folhas. Dissertação (Mestrado Profissional PROEF - Educação Física em Rede Nacional) – Faculdade de Educação Física e Fisioterapia – Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2025.

RESUMO

Este estudo trata de uma pesquisa que procura investigar a compreensão que se tem a respeito das vivências relacionadas ao significado de gênero no futebol feminino no contexto escolar. Nesse sentido, o estudo tem por objetivo compreender os contextos e as dificuldades referentes ao sentido de gênero que são vivenciadas no futebol feminino no contexto escolar, partindo dos registros produzidos pelas alunas nas séries finais do ensino fundamental. A pesquisa está metodologicamente organizada com base numa pesquisa bibliográfica sobre Gênero, Educação Física Escolar e Futebol Feminino, bem como num estudo descritivo qualitativo, que busca entender as características de um grupo de alunas pertencentes a uma escola, que foi escolhida por ser a escola na qual sou professor. Nesta pesquisa, busca-se responder qual é a importância do debate e do sentido de gênero no contexto do futebol feminino na escola, e como as práticas sociais desenvolvidas nas escolas contribuem para o reconhecimento da igualdade de gênero no esporte. A dissertação é ancorada nas perspectivas defendidas por autores do campo dos estudos de gênero, pautada nos princípios humanistas e fundamentada pela metodologia do experimento didático formativo tomando como ponto de referência as recomendações de Freitas e Libâneo (2022). Este caminho possibilitará a participação dos próprios alunos das séries finais do ensino fundamental no processo de construção do conhecimento de maneira coletiva e reflexiva. Sendo assim, a análise do material produzido na pesquisa, possibilitará a criação de um caderno pedagógico, contendo: Contexto histórico do futebol feminino no Brasil e no Amazonas; Fundamentação teórica; planejamento de ensino; planejamento das aulas com temas, objetivos, conteúdos conceituais, procedimentais e atitudinais; exemplos de atividades pedagógicas no ensino do futebol sem distinção de gênero na escola, com estratégias e avaliação.

Palavras-chave: Educação física escolar. Futebol. Futebol feminino. Gênero.



DUARTE, Yan Luis Barros. **GÊNERO E O FUTEBOL FEMININO NA ESCOLA:** uma proposta pedagógica de educação física nas séries finais do ensino fundamental. Orientador: Daurimar Pinheiro Leão. 2025. Número de volumes ou folhas. Dissertação (Mestrado Profissional PROEF - Educação Física em Rede / Nacional) – Faculdade de Educação Física e Fisioterapia – Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2025.

ABSTRACT

This study is a research that seeks to investigate the understanding of experiences related to the meaning of gender in women's football in the school context. In this sense, the study aims to understand the contexts and difficulties regarding the meaning of gender that are experienced in women's football in the school context, based on the records produced by students in the final years of elementary school. The research is methodologically organized based on bibliographical research on Gender, School Physical Education and Women's Football, as well as a qualitative descriptive study, which seeks to understand the characteristics of a group of students belonging to a school, which was chosen because it is the school where I am a teacher. This research seeks to answer the importance of the debate and meaning of gender in the context of women's football at school, and how social practices developed in schools contribute to the recognition of gender equality in sport. The dissertation is anchored in the perspectives defended by authors in the field of gender studies, guided by humanist principles and based on the methodology of the formative didactic experiment, taking as a reference point the recommendations of Freitas and Libâneo (2022). This process will enable the participation of students in the final years of elementary school in the process of collective and reflective knowledge construction. Therefore, the analysis of the material produced in the research will enable the creation of a pedagogical notebook containing: the historical context of women's soccer in Brazil and the Amazon; theoretical foundation; teaching planning; lesson plans with themes, objectives, conceptual, procedural, and attitudinal content; examples of pedagogical activities in teaching soccer without gender distinction in schools, including strategies and assessment.

Keywords: School physical education. Soccer. Women's soccer. Gender.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Página 6 do Produto Educacional.....	24
Figura 2 - Página 19 do Produto Educacional	25
Figura 3 - Página 27 do Produto Educacional	26
Figura 4 - Capitão da Seleção Brasileira Carlos Alberto Torres e o então presidente do Brasil, General Médici, posando com a taça da Copa do Mundo de 1970.....	29
Figura 5 - Time do E.C. Radar, que representou o Seleção Brasileira e foi a principal equipe de futebol feminino na década de 1980.....	34
Figura 6 - Primeiro registro sobre prática de futebol por mulheres no Amazonas.....	36
Figura 7 - Festival esportivo da primeira partida de futebol feminino do Amazonas..	38
Figura 8 - Matéria sobre o primeiro “ <i>match de football</i> ” feminino do Amazonas.....	39
Figura 9 - Registros do primeiro jogo de futebol feminino do Amazonas. Mulheres Rionegrinas em 15 de novembro de 1940.....	40
Figura 10 - Equipe Jovens de Cristo Canaranas levanta o troféu de campeã do Peladão Feminino 2025, na Arena da Amazônia.....	46
Figura 11 - Notas da Última Hora em 1959 tratam da proibição do futebol feminino e do sucesso da mulher no tênis.....	49
Figura 12 - Disposição geográfica das DDZ da SEMED Manaus.....	53



LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Você já teve alguma experiência com o futebol nas aulas de Educação Física neste ou nos outros anos?.....	60
Gráfico 2 - Você costuma jogar futebol em suas aulas de Educação Física?.....	62
Gráfico 3 - Meninas costumam jogar futebol em sua escola?.....	63
Gráfico 4 - Você acha importante o futebol fazer parte do programa de suas aulas de Educação Física?.....	65
Gráfico 5 - Nas atividades “práticas”, meninos e meninas fazem aulas juntos ou separados?.....	67
Gráfico 6 - Você conhece as teorias sobre gênero?.....	68



LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ARNC	Atlético Rio Negro Clube
BNCC	Base Nacional Comum Curricular
CBF	Confederação Brasileira de Futebol
CND	Conselho Nacional de Desportos
CONMEBOL	Confederação Sul-americana de Futebol
DDZ	Divisão Distrital de Zona
FAF	Federação Amazonense de Futebol
FIFA	Federação Internacional de Associações de Futebol
PCNs	Parâmetros Curriculares Nacionais
SEDUC-AM	Secretaria de Educação do Amazonas
SEMED	Secretaria Municipal de Educação
SAEC	Sul América Esporte Clube
TALE	Termo de Assentimento Livre e Esclarecido
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido



SUMÁRIO

1. MEMORIAL.....	15
2. INTRODUÇÃO.....	19
3. OBJETIVOS.....	22
3.1 OBJETIVO GERAL.....	22
3.2 OBJETIVO ESPECÍFICO.....	22
4. PRODUTO EDUCACIONAL.....	23
5. O FUTEBOL COMO PARTE DA IDENTIDADE CULTURAL BRASILEIRA.....	27
5.1. A EVOLUÇÃO DA PRÁTICA DO FUTEBOL FEMININO NO BRASIL.....	30
5.2. OS PRIMÓRDIOS DA PRÁTICA DO FUTEBOL FEMININO.....	30
5.3. A ORGANIZAÇÃO E VISIBILIDADE DAS EQUIPES DO SUBÚRBIO CARIOCA.....	31
5.4. A PROIBIÇÃO DO FUTEBOL FEMININO E A CLANDESTINIDADE.....	32
5.5. FIM DA PROIBIÇÃO, E PRIMEIROS PASSOS APÓS A REGULAMENTAÇÃO.....	33
5.6. A ATUALIDADE DO FUTEBOL FEMININO NO BRASIL.....	35
6. O FUTEBOL FEMININO NO AMAZONAS.....	36
6.1. OS PRIMEIROS SINAIS DA PRÁTICA DO FUTEBOL FEMININO NO AMAZONAS.....	36
6.2. O PRIMEIRO JOGO REGISTRADO DAS MULHERES NO AMAZONAS.....	37
6.3. OS PEQUENOS PASSOS APÓS A PROIBIÇÃO NACIONAL.....	41
6.4. APÓS A LIBERAÇÃO, AS PRIMEIRAS COMPETIÇÕES OFICIAIS E O DESTAQUE BRASIL AFORA.....	41
6.5. A ASCENSÃO DO FUTEBOL FEMININO AMAZONENSE E ATUALIDADE.....	43
6.6. O FUTEBOL FEMININO AMADOR NO AMAZONAS.....	45
7. ENTRE FUNDAMENTOS E APROFUNDAMENTOS DO FUTEBOL FEMININO NOS ENCONTROS E DESENCONTROS DE GÊNERO NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA.....	46
7.1. AFINAL, O QUE É GÊNERO?.....	47
7.2. GÊNERO E HISTÓRIA: O FUTEBOL COMO TERRITÓRIO MASCULINIZADO.....	48



7.3. GÊNERO, ESPORTE E EDUCAÇÃO FÍSICA.....	50
8. PERCURSO INVESTIGATIVO.....	53
8.1. UNIVERSO DA PESQUISA.....	53
8.2. PARTICIPANTES.....	54
8.3. MATERIAIS E MÉTODOS.....	55
8.4 ASPECTOS ÉTICOS.....	56
9. RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	57
10. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	74
REFERÊNCIAS.....	76
APENDICE A – QUESTIONÁRIO A SER APLICADO NA PESQUISA.....	80
APENDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE).....	82
APENDICE C – TERMO DE ASSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TALE).....	84
APENDICE D – CAPA DO PRODUTO EDUCACIONAL.....	85
ANEXO A – PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP/UFAM.....	86



1. MEMORIAL

Iniciarei este trabalho contando um pouco sobre a história que trouxe-me até aqui e que me inspirou a realizar esta pesquisa.

Nascido em Manaus no ano de 1995, filho de um homem oriundo do interior do Amazonas, da cidade do Careiro da Várzea e de uma mulher da cidade de Óbidos, interior do Pará. Fruto dessa mistura amazônica, só poderia ter nascido um “caboquinho” que ama percorrer as águas da região e admirar a sua mata.

Desde muito cedo, como a grande maioria dos brasileiros, tenho o futebol em minhas veias, fruto da herança herdada de meu pai. Minha herança paterna também se encarregou de repassar o amor pelo Atlético Rio Negro Clube, de Manaus, e pelo Club de Regatas Vasco da Gama, do Rio de Janeiro. Meu nome, inclusive, coincidentemente (ou não), é o mesmo do atacante vascaíno, Yan, que brilhou no tricampeonato carioca do clube em 1992, 1993 e 1994. O tetracampeonato da Seleção Brasileira masculina em julho de 1994, também tem forte relação com essa paixão. Minha mãe ainda me carregava em seu ventre enquanto comemorava os gols de Bebeto e Romário e as grandes defesas de Taffarel.

Não tinha como ser diferente... O futebol é parte de mim.

Lembro-me bem da primeira vez que fui a um estádio. O jogo era entre São Raimundo, do Amazonas, e Serra, do Espírito Santo, valendo pelo Campeonato Brasileiro da Série C, em 1999, no Estádio Vivaldo Lima lotado. Adorei aquele ambiente, aquela atmosfera... Foi a primeira vez, das inúmeras, que fui com meu pai ao estádio. Foram tardes e noites maravilhosas, incríveis, acompanhando nosso amado Rio Negro... Quanta saudade!

Jogar futebol também era a melhor brincadeira da infância. Na rua, na escola, na quadra de esportes perto de casa no bairro de Aparecida, no porão da casa da vovó... Quando me juntava com os primos, o porão virava o Maracanã. Qualquer coisa arrastada pelo chão viravam as traves, a bola “dente de leite” fazia curvas e efeitos incríveis e nós, virávamos Romário, Ronaldo, Edmundo, Ronaldinho e tantos outros craques quantos fossem possíveis em nossa imaginação... De novo... Quanta saudade!

O ano de 2004 foi marcante para mim. Meu querido tio Paulo Cesar (in memoriam) chamou meu pai e disse que iria pagar as mensalidades da escolinha de futsal do Atlético Rio Negro Clube para que eu pudesse lá treinar. Meu Deus... Que



alegria foi aquela... Eu iria treinar futsal em um clube profissional, o clube do meu coração, o que para mim era o maior clube do Mundo! Meus pais compraram todo o material... Uma chuteira de futsal, da Topper, daquelas “raíz”, ainda de tecido preto, o meião preto, o calção e camisa da escolinha. Jamais esquecerei meu primeiro treinador, Roberley Assis, que me tratou muito bem durante minha chegada. Os anos foram passando, fui crescendo, evoluindo, disputei competições, ganhei medalhas. Mas, aos poucos, fui percebendo que tinham meninos com muito mais qualidade com os pés do que eu. Sem maiores problemas, entendi que ser atleta profissional de futebol não seria um bom caminho para mim.

Com muito esforço de meus pais, pude estudar em boas escolas, e com dedicação, sempre tive boas notas. Chegou a hora de decidir: que faculdade fazer? Como quase todo bom brasileiro, deixei para a última hora e pensei: será que o sonho de trabalhar com futebol ainda pode se realizar? Mesmo sem jogar? Será que eu consigo? Ah, vou marcar Educação Física! E assim foi feito, consegui ingressar no curso de Educação Física da Universidade Federal do Amazonas, através do Processo Seletivo Contínuo, em 1º lugar no ano de 2011, aos 16 anos de idade.

Em 2012, iniciei o curso, encantado com tudo aquilo que aprendia, descobrindo que a Educação Física era muito mais do que um dia eu poderia imaginar. Logo comecei a estagiar, e não podia ser diferente, com futebol. Passei a ser auxiliar em aulas de futebol para a comunidade no Centro de Convivência do bairro Raíz, onde permaneci até 2014. Estagiei também no antigo Projeto Jovem Cidadão, da SEDUC-AM, que oferecia atividades esportivas para os alunos das escolas estaduais no contraturno de ensino e, em 2015, tive minha primeira experiência com Escolas de Futebol, auxiliando o Professor Roberley Assis, aquele que foi meu primeiro treinador. Na oportunidade, trabalhei no Clube APCEF (da Caixa Econômica) e no Colégio Salesiano Santa Maria Mazzarello.

Em 2016, dois grandes acontecimentos. O nascimento da minha filha, Ana Luisa Alves Duarte, que ainda antes de completar seu primeiro mês de vida, pôde acompanhar de perto a minha defesa do Trabalho de Conclusão de Curso, quando finalizei meus estudos na graduação, me tornando oficialmente um Professor de Educação Física.

Virar pai de uma menina foi um acontecimento marcante em minha vida. Daquele momento em diante passei a vivenciar cada vez mais o universo feminino, suas particularidades, suas lutas e desafios.



O ano de 2017 marcou o início da minha carreira profissional, como professor formado. Em janeiro daquele ano, procurei a presidência do Atlético Rio Negro Clube (ARNC), com o intuito de reativar a Escola de Futsal do Clube, que estava sem atividades há alguns anos. A resposta foi positiva, então, ali tive minha primeira experiência como gestor de um projeto esportivo, que, além de tudo, tinha um grande apelo emocional pessoal, pois foi o local onde comecei minha trajetória esportiva enquanto aluno-atleta. De 2017, estive a frente da Escola de Futsal até 2023. Foi uma jornada incrível. Tivemos por volta de 450 alunos neste período, tive minhas primeiras experiências enquanto treinador, representamos o ARNC em competições locais e até mesmo fora do Amazonas e valorizamos a identidade do clube junto a juventude manauara. Meus filhos, Gustavo e Ana treinaram na escola e competiram representando o clube, motivo de grande orgulho para mim.

Durante o período que estive a frente do projeto da Escola de Futsal do ARNC, prestei concurso público para o cargo de professor da SEMED Manaus em 2018, sendo aprovado. Iniciei minha trajetória no ensino público no ano de 2019, assumindo a cadeira de professor na Escola Municipal Vicente Mendonça Junior, onde continuo lecionando até os dias de hoje.

Em 2023, finalizei meu trabalho no ARNC e criei minha própria Escola de Futebol e Futsal, a Athletic Club Academy, que atualmente conta com duas unidades em Manaus, atendendo cerca de 200 alunos. Também desde 2023 integro a Comissão Técnica das Categorias de Base do Sul América Esporte Clube (SAEC), onde já comande as equipes de futebol nas categorias Sub-08, Sub-10, Sub-12 e Sub-14.

Em minhas três atuações profissionais (professor de escola regular, gestor de escola de esporte e treinador de futebol de base) procuro valorizar e exaltar a participação feminina. Ser pai de menina contribuiu em 100% para isso. Me fez enxergar o quanto as meninas ainda sofrem apenas por serem meninas, tendo espaços e oportunidades negados. Consegui criar equipes femininas para representar a escola nos jogos estudantis da SEMED (o que reconheço ainda estar bem longe do ideal em relação a igualdade de gênero no esporte e na Educação Física escolar), consegui atrair meninas para se matricularem em minha escola de futebol (também oferecendo bolsas gratuitas) e consegui através do mecanismo de futebol misto criado pela CBF, incluir meninas nas equipes Sub-08 e Sub-10 do SAEC para a disputa do Campeonato Amazonense de Futebol dessas categorias,



visto que as competições femininas organizadas pela FAF no Amazonas só iniciam na categoria Sub-15.

A ideia deste trabalho foi de contribuir um pouco mais para a diminuição dessa desigualdade, que infelizmente parece estar enraizada em nossa cultura e nossa sociedade.



2. INTRODUÇÃO

O futebol está presente na vida do brasileiro de maneira ampla. A frase “não é só futebol”, tão repetida pelos cantos do nosso país, se faz firme e correta ao retratar o que a modalidade representa ao povo brasileiro. Os campinhos e quadras estão quase sempre ocupadas de praticantes que um dia sonharam ou que ainda sonham em brilhar nos grandes clubes do futebol brasileiro e mundial. O autor que escreve esta dissertação, foi um dos milhares de crianças que nutriram esse sonho durante a infância. O tempo livre após a escola, ou mesmo dentro dela, só tinha um fim: jogar futebol. As ruas viravam campo, as sandálias e pedras viravam trave, garrafas viravam bola e a imaginação nos transportava ao Maracanã e ao “Vivaldão”, onde eu e os amigos nos sentíamos os verdadeiros craques de Vasco, Flamengo, Rio Negro e Nacional.

Ao lembrar estas memórias da infância, constato que em meio a prática do futebol, não havia meninas brincando conosco nas ruas. Na Escola de Futsal que frequentei por alguns anos, podíamos contar nos dedos de uma das mãos a quantidade de meninas que treinavam a modalidade. E na escola, não era diferente, raríssimas vezes havia meninas jogando futebol durante o recreio e nas aulas de Educação Física. Ao assumir, já na vida adulta a função de docente da educação básica na área da Educação Física, a percepção é a mesma, o nível de interesse das meninas pela prática do futebol nas escolas é baixíssimo.

Então, uma pergunta que surge e norteia este trabalho, é: por que as meninas não praticam futebol tanto quanto os meninos?

A menor participação de meninas na prática do futebol, em comparação com os meninos, pode ser atribuída a uma combinação de fatores sociais, culturais e estruturais.

Desde cedo, meninas e meninos são frequentemente expostos a normas de gênero que influenciam suas preferências e atividades. O futebol é tradicionalmente visto como um esporte "masculino", e meninas que demonstram interesse podem enfrentar estereótipos e discriminação. Estudos mostram que as meninas são desencorajadas a participar de esportes considerados masculinos, enquanto são incentivadas a se envolver em atividades mais associadas ao feminino, como dança e ginástica, ou ainda, atividades não competitivas como os jogos tradicionais (Romero, 1994). A prática do futebol pode ser vista como contrária às expectativas



tradicionais de feminilidade. Meninas que jogam futebol podem ser vistas como “menos femininas” ou enfrentar questionamentos sobre sua identidade de gênero e orientação sexual, o que pode criar uma barreira psicológica para a participação (Salvini e Marchi Júnior, 2016).

Um outro ponto que deve ser levado em consideração como importante para descobrir a causa desse baixo nível de interesse das meninas é a falta de representação e de modelos femininos a serem seguidos na modalidade. A visibilidade e representação no esporte influenciam fortemente o interesse das jovens. Com menos mulheres em posições de destaque no futebol e menos cobertura midiática para o futebol feminino, as meninas têm menos modelos a seguir e menos exemplos de sucesso a se inspirar (Goellner, 2005). A presença de jogadoras de futebol em papéis de liderança e como figuras públicas pode inspirar mais meninas a se interessarem pelo esporte. Embora essa visibilidade tenha aumentado um pouco nos últimos anos, ainda está muito aquém do ideal e necessário para que as jovens possam criar referências a seguir.

As expectativas sociais e familiares também desempenham um papel crucial neste processo. Muitas vezes, as famílias e a sociedade em geral encorajam meninos a praticar futebol desde cedo, enquanto as meninas podem ser direcionadas para outras atividades. É comum um bebê menino ganhar de presente de aniversário uma bola ou um uniforme de futebol (geralmente do time do pai), enquanto as meninas tendem a ganhar bonecas e outros brinquedos tidos como femininos. Essa diferença de tratamento e apoio pode influenciar a percepção das meninas sobre o seu papel no esporte e sua própria capacidade de participar ativamente da modalidade (Silva et al., 2022). Além disso, meninas que tentam se envolver no futebol, frequentemente enfrentam experiências de discriminação e exclusão, tanto de colegas quanto de adultos, sejam estes homens ou mulheres. Relatos de bullying, comentários negativos e falta de aceitação podem desmotivar as jovens e reduzir seu interesse em continuar no esporte (Teixeira, 2016).

Com diversos fatores contribuindo para esse desinteresse e desestímulo que as meninas tendem a apresentar em relação a prática do futebol, a escola e a educação física podem contribuir positivamente para a mudança desse cenário.

A educação física escolar pode criar um ambiente inclusivo onde todos os alunos, independentemente do gênero, têm a oportunidade de participar plenamente e se destacar em atividades em geral, incluindo o futebol. Isso envolve garantir que



as meninas tenham as mesmas oportunidades e incentivos que os meninos para se envolverem nos esportes e nas demais atividades físicas. Essa equidade é essencial para promover um ambiente prazeroso onde as meninas possam sentir-se seguras em buscar superar as barreiras que já lhe foram pré-estabelecidas, desenvolvendo habilidades e autoconfiança, desafiando a ideia de que certos esportes ou atividades são “para meninos”.

Confrontar esses padrões pré-determinados e seguidos há tantos anos em relação as práticas “de meninos” e de “meninas” é sem dúvidas um grande desafio enfrentado no ambiente escolar. Porém, a Educação Física lida com as relações de gênero dentro de sua prática cotidiana, tornando-a ponto chave nessa discussão, sendo local adequado para debates e pesquisas sobre o relacionamento humano. A socialização entre estudantes é trabalhada constantemente e deve ser compreendida como um recurso valioso para buscar a igualdade entre os gêneros.

Esse estudo é ancorado nas perspectivas defendidas por autores do campo dos estudos de gênero, pautada nos princípios humanistas e fundamentada pela metodologia do experimento didático formativo tomando como ponto de referência as recomendações de Freitas e Libâneo (2022).

A metodologia do experimento didático formativo fundamenta-se nos princípios da pedagogia histórico-cultural e busca compreender e potencializar o processo de ensino-aprendizagem por meio da organização intencional e sistemática da atividade pedagógica. Formada principalmente pelas contribuições de Vygotsky, Davydov e Hedegaard, a metodologia do experimento didático formativo destaca a integração das atividades dos alunos e as atividades dos professores, de forma dialética e contraditória, interligando aspectos sociais, culturais, psicológicos, pedagógicos e os métodos de ensino, consistindo em um processo de ensino-aprendizagem voltado à formação integral dos estudantes, com foco não apenas na transmissão de conteúdos, mas no desenvolvimento de capacidades cognitivas, sociais e afetivas, como forma ativa de conhecimento.



3. OBJETIVOS

3.1. OBJETIVO GERAL

Investigar se, e como, ocorre a prática do futebol feminino em relação ao gênero, em uma escola pública de Ensino Fundamental da cidade de Manaus.

3.2. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Identificar qual a percepção das meninas quanto a importância da prática do futebol feminino nas escolas;
- Analisar como se dá a participação na prática do futebol na escola com relação ao gênero dos estudantes;
- Propor uma unidade didática que propicie uma participação ativa das meninas nas aulas de educação física com temática futebol.



4. PRODUTO EDUCACIONAL

O Produto Educacional constitui-se como um recurso elaborado em conjunto pelo orientador e pelo orientando, diretamente relacionado ao trabalho de dissertação (BATALHA, 2019). Seu propósito é oferecer uma solução prática para um problema específico da sala de aula, apresentando aplicabilidade real. A partir de sua proposta didática, busca contribuir para a melhoria, inovação e transformação dos processos de ensino e aprendizagem.

O Produto Educacional resultante desta pesquisa é um caderno pedagógico, desenvolvido para atender professores de educação física que atuem no Ensino Fundamental, prioritariamente nos anos finais dessa fase de ensino (6º ao 9º ano) e que tenham dificuldades ou inquietações a respeito do ensino do futebol na escola, principalmente relacionadas às questões de gênero.

O caderno pedagógico está organizado de maneira que aborda principalmente três categorias:

- Histórico do futebol feminino no Brasil;
- Relações de gênero, educação física e futebol;
- Planos de aulas;

Essa organização possibilita ao professor que faça uso do Produto Educacional, uma gama de informações que o permita a trabalhar conteúdos conceituais, atitudinais e procedimentais, trocando informações com os discentes, sobre suas vivências e experiências, o que é característica fundamental da metodologia do experimento didático formativo.

A primeira categoria (Histórico do futebol feminino no Brasil) faz uma viagem no tempo, buscando os primórdios da prática da modalidade no país (e no Amazonas), passando pelo período em que a prática do futebol por mulheres foi proibida por lei, chegando ao período em que o futebol feminino começou a ter seus primeiros passos de organização, chegando aos dias atuais, citando atletas de destaque que ajudaram a contar a história desse esporte no Brasil.

Essa categoria conta também a história do futebol feminino no Amazonas, desde o primeiro relato de prática do futebol por moças no estado, em 1915, até sua primeira partida de futebol organizada e divulgada, em 1940, chegando aos dias atuais, contando a história das competições regionais e das equipes que tiveram



resultados de destaque, tanto no Amazonas quanto em competições de nível nacional.

Figura 1. Página 6 do Produto Educacional

6

FUTEBOL PARA MULHERES? PROIBIDO!



Figura 2: Mosaico de reportagens sobre a proibição do futebol feminino no Brasil. Fonte: criada pelo autor.



A segunda categoria do Produto Educacional trata sobre relações de gênero, educação física e futebol. São apresentados conceitos, referências e discussões que podem (e devem) ser discutidos em sala de aula com os discentes. A histórica relação do futebol como uma atividade masculina é abordada, fazendo relação com a categoria anterior, que conta através de registros históricos como isso foi construído. Essa categoria instiga o debate e a pesquisa, sendo uma potencial ferramenta para criar um ambiente instigante, em que as alunas possam expressar suas angústias e seus anseios de maneira a fomentar a reflexão geral sobre o tema.

Figura 2. Página 19 do Produto Educacional

19

E como esses conceitos se relacionam com o Futebol?

Segundo Scott (1995), o gênero deve ser entendido como uma categoria útil de análise histórica, ou seja, uma ferramenta para investigar como as diferenças entre homens e mulheres são produzidas, naturalizadas e institucionalizadas ao longo do tempo. O futebol, nesse sentido, oferece um campo privilegiado para examinar a construção do masculino como norma.



Figura 12: O futebol como território masculino. Fonte: Criado pelo autor

Desde suas origens modernas no século XIX, o futebol foi vinculado a ideias de virilidade, força física, agressividade e domínio público, atributos tradicionalmente associados ao ideal de masculinidade. Nesse processo, o esporte foi se tornando um território hegemonicamente masculino, onde as mulheres eram vistas como espectadoras passivas ou completamente excluídas.



Fonte: Elaborado pelo autor (2025)



A terceira categoria do Produto Educacional apresenta uma série de planos de aula, que contemplam jogos e atividades que podem ser aplicados pelo professor. Esses jogos e atividades são voltados para o futebol, e foram criados/adaptados de maneira que favoreçam a participação ativa de todos os alunos da turma, independente do gênero. Eles possibilitam ao professor ainda a adaptação, caso necessário, de materiais e espaço, de acordo com a realidade do local de trabalho docente.

Figura 3. Página 27 do Produto Educacional

27



Figura 17. Representação do jogo atravessando o rio. Fonte: Criado pelo autor

1ª ETAPA	<p>Jogo: Atravessando o rio</p> <p>Objetivo: Vivenciar um jogo lúdico, trabalhando a condução e controle de bola.</p> <p>Duração: 1 aula</p> <p>Local: Quadra/campo/pátio da escola</p> <p>Desenvolvimento:</p>	3ª ETAPA	
2ª ETAPA	<p>Organização/recursos materiais: Serão utilizadas apenas bolas (quantas forem possíveis) e cones, caso não haja marcação no chão do espaço.</p> <p>Organização da turma: Cada aluno deverá ter uma bola (de qualquer tipo), para realizar a condução individualmente. Caso haja poucas bolas, o(a) professor(a) pode organizar grupos para se revezarem na execução da atividade.</p>	<p>Organização da atividade: Um(a) aluno(a) ficará no centro do espaço, onde poderá se mover apenas lateralmente. Os demais alunos ficarão em uma linha ou espaço demarcado (podendo ser a área da quadra), cada um com uma bola. Ao sinal do professor, deverão "atravessar o rio", conduzindo a bola até o outro lado do espaço (outra área), sem serem pegos pelo aluno que está no centro. Quem for pego pelo aluno do centro, deverá se juntar a ele na função de "pegador". O jogo continua até que todos sejam pegos.</p> <p>Observações: O aluno "pegador" que fica no centro, pode ou não conduzir uma bola enquanto tenta pegar os demais, ficando a critério do professor.</p> <p>Avaliação da atividade: Ao final do jogo, solicite aos alunos que dêem sugestões de variações para a atividade, colhendo a avaliação deles sobre a dinâmica.</p>	4ª ETAPA

Fonte: Elaborado pelo autor (2025)



5. O FUTEBOL COMO PARTE DA IDENTIDADE CULTURAL BRASILEIRA

O futebol é uma das manifestações culturais mais significativas do Brasil, exercendo não apenas o papel de esporte, mas também de espelho da sociedade. Ao analisarmos a relação entre o futebol e a sociedade brasileira, é possível perceber uma complexa teia de interações que refletem aspectos sociais, políticos, econômicos e culturais do país.

No Brasil, essa modalidade transcende o simples jogo e se torna um fenômeno social de grande relevância. Contar a história do Brasil sem mencionar o futebol é contar uma história incompleta. O futebol é amado por não necessitar de luxo nem de materiais sofisticados, basta um par de chinelos ou alguns tijolos e as traves estão prontas para serem utilizadas. Esse esporte é uma prática social que expressa bem a sociedade brasileira, com todas as suas aspirações mais antigas, seus desejos mais profundos e suas contradições mais camufladas (Daolio, 2006).

Desde as peladas de rua até os estádios gigantes e cada vez mais modernos, o futebol está presente em todas as camadas da sociedade brasileira, servindo como instrumento de integração e coesão social (Rodrigues Filho, 2003). Apesar de ser considerado o esporte do povo, o futebol no Brasil também reflete as desigualdades presentes na sociedade, ainda mais quando fazemos uma relação com os primórdios da prática desse esporte no país, quando ele servia como lazer e diversão apenas para os membros das classes mais altas.

Enquanto os mais ricos se concentram em campos e quadras alugadas para “bater sua bolinha”, a população mais pobre se divide com os carros entre as ruas, ou tenta ocupar os últimos campos comunitários que ainda não foram tomados por grandes construções, para ter seu espaço de lazer (Carrano, 2007). Essa diferença, também se reflete no esporte de alto rendimento. Clubes de futebol com maior poder econômico têm mais recursos para investir em infraestrutura, contratação de jogadores e desenvolvimento de jovens talentos, enquanto clubes de menor poder, principalmente sediados em regiões com menor apelo midiático, sobrevivem pelo amor e trabalho de seus torcedores e dirigentes, com escassez de recursos financeiros, o que acaba perpetuando discrepâncias no cenário esportivo brasileiro.

Há muito tempo o futebol desempenha um papel fundamental na construção da identidade nacional brasileira. A seleção brasileira, com seus jogadores icônicos e conquistas memoráveis, é uma fonte de orgulho para o povo brasileiro,



representando a alegria que é tão característica do país. Da Matta *et al.* (1982) destacam o estilo de jogo conhecido como "futebol arte" como uma expressão dessa identidade. Caracterizado por habilidade, criatividade e improvisação, este estilo de jogo não é apenas uma maneira de jogar, mas uma manifestação da cultura e da forma de viver do brasileiro, que representam uma visão de mundo que valoriza a inventividade e a alegria, típicas do nosso povo.

Em um país de tanta desigualdade, o futebol se mostra como um elo entre etnias e classes sociais. Uma das maiores demonstrações de amor e fidelidade que vemos na sociedade é o ato de torcer por um clube de futebol. Na imensa maioria das vezes, o amor por um clube é uma tradição de família, sendo passada de geração em geração e isso não se limita a determinada classe social. Seja rico ou pobre, ver o filho usar o uniforme do time de coração do pai ou da mãe é uma vitória pessoal relevante. Nos estádios de futebol, as grandes massas se misturam em um único objetivo, que é apoiar e torcer para seu clube. Em uma única torcida, em um mesmo ambiente, podemos ver médicos, advogados, operários, professores, feirantes, desempregados, ricos e pobres unidos, por um mesmo objetivo. Dificilmente conseguiríamos fazer essa reunião em outro nicho da sociedade.

Por muitas vezes, o futebol torna-se também a esperança de uma vida melhor e mais digna. Crianças e jovens de classes mais baixas, nutrem, juntamente com suas famílias, o sonho da mudança de vida através da profissionalização no futebol. Uma relação entre o modo singular de se jogar futebol no Brasil e esse sonho de se tornar uma estrela do esporte é feita por DaMatta (1979) quando o autor afirma que:

Sabemos que o futebol brasileiro se distingue do europeu por sua improvisação e pela individualidade dos jogadores, que têm, caracteristicamente, um alto controle da bola. Deste modo, o futebol é, na sociedade brasileira, uma fonte de expressão individual. Realmente, é pelo futebol praticado nas grandes cidades que o povo brasileiro pode se sentir pessoalizado. Do mesmo modo, é dentro de um time de futebol que um membro da massa anônima e desconhecida, o chamado "povão", pode tornar-se uma estrela e ganhar o centro das atenções como pessoa, como uma personalidade singular, insubstituível e capaz de despertar atenções

Já a relação entre futebol e política no Brasil é intrínseca e complexa. O senso comum produziu a máxima de que "futebol e política não se misturam", no entanto, o que a história registra é justamente o contrário.

Desde sua introdução no Brasil, no final do século XIX, o futebol deixou de ser um passatempo elitista para tornar-se uma das principais manifestações



populares do país, refletindo e influenciando aspectos fundamentais da identidade nacional, das dinâmicas sociais e das relações de poder. Nos anos 1930 e 1940, durante o governo de Getúlio Vargas, o esporte começou a ser utilizado como um instrumento de integração nacional. Para Braga e Nascimento (2022), Vargas via no futebol uma forma de promover o nacionalismo, fomentando a ideia de uma identidade brasileira unificada e forte.

O período da ditadura militar (1964-1985) marcou uma fase de intensa instrumentalização do futebol pelo governo. A vitória da seleção brasileira na Copa do Mundo de 1970 foi amplamente utilizada pelo regime militar como propaganda para legitimar seu poder e desviar a atenção dos problemas políticos e sociais enfrentados pelo país (Giglio e Proni, 2020). O slogan “Brasil, ame-o ou deixe-o” foi difundido em conjunto com o sucesso do futebol, vinculando o esporte ao patriotismo e ao apoio ao regime, aproveitando-se de um momento de alegria que tomava conta do país inteiro, sendo um escape em meio a tantos problemas enfrentados pela população.

Figura 4. Capitão da Seleção Brasileira Carlos Alberto Torres e o então presidente do Brasil, General Médici, posando com a taça da Copa do Mundo de 1970.



Fonte: Museu do Futebol (2019)

Na era contemporânea, a relação entre futebol e política continua evidente. Grandes eventos como a Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas de 2016 foram utilizados por governos para promover uma imagem positiva do Brasil no exterior,



embora também tenham sido alvo de críticas e protestos devido aos altos custos e impactos sociais (Junior et al., 2015).

Políticos frequentemente associam suas imagens a clubes e jogadores para ganhar popularidade e apoio eleitoral, buscando usar o amor e a fidelidade da população para com seus clubes. Outra prática comum é a de ex-atletas que buscam eleger-se a cargos políticos utilizando de sua imagem de sucesso enquanto jogadores. Diversos são os exemplos de vereadores, deputados, senadores que utilizaram da paixão dos torcedores pelos clubes em que foram ídolos, para galgar sucesso na área política (Oliveira, 2021).

Isso tudo permite afirmar que futebol e a sociedade brasileira mantêm uma relação multifacetada e dinâmica, na qual o esporte não apenas reflete, mas também influencia os aspectos culturais, sociais, políticos e econômicos do país. Compreender essa interação é essencial para uma análise abrangente da realidade brasileira e de suas complexidades.

5.1. A EVOLUÇÃO DA PRÁTICA DO FUTEBOL FEMININO NO BRASIL

Os primeiros registros da prática do futebol feminino no Brasil datam do início do século XX. Porém, desde então, inúmeras dificuldades são enfrentadas, como preconceito, falta de investimento e escassez de oportunidades. Desde suas origens, o futebol feminino enfrentou barreiras culturais, sociais e institucionais que dificultaram seu desenvolvimento.

Para situarmos melhor em que ponto se encontra o futebol feminino brasileiro, faz-se necessária uma viagem ao longo do tempo para entendermos como essa prática chegou até os dias atuais.

5.2. OS PRIMÓRDIOS DA PRÁTICA DO FUTEBOL FEMININO

Por muito tempo, a “partida entre senhoritas Tremebeenses e Cantareirenses” registrada pelo jornal A Gazeta e disputada em junho de 1921 na cidade de São Paulo, foi o primeiro vestígio de disputa de futebol entre equipes formadas por mulheres no Brasil (Goellner, 2005). No entanto, em sua brilhante dissertação de mestrado, Bonfim (2019) fez uma pesquisa histórica, em busca de encontrar os primeiros registros de práticas de futebol feminino no país. O estudo aponta que em



26 de novembro de 1915, houve uma partida entre meninas do Vila Izabel FC, no campo do zoológico do Rio de Janeiro, sendo este o mais antigo vestígio de uma partida de futebol feminino no Brasil. A partir destes marcos, as práticas femininas de futebol avançaram nos anos seguintes.

Bonfim (2019) aponta três caminhos que o futebol feminino percorreu a partir da década de 1920: os festivais esportivos, os circos e o subúrbio. As festas esportivas, principalmente no Rio de Janeiro, eram uma tradição desde o fim do século XIX, onde membros da aristocracia e da classe média reuniam-se para praticar e assistir disputas dos esportes que estivessem em evidência; primeiramente o turfe, depois o futebol (Melo, 2010). A popularidade do futebol cresceu entre as mulheres da alta sociedade, a ponto de disputarem alguns jogos, seja com os homens ou somente entre mulheres.

Já o circo foi a forma de expressão artística que mais mobilizou público durante o século XIX e meados do XX, ajudando a moldar a linguagem cultural da sociedade urbana (Silva, 2015). As práticas esportivas eram comumente apresentadas como atrações durante os espetáculos circenses naquele período, principalmente os desafios entre diferentes tipos de lutas (capoeira, jiu-jitsu, luta romana). Bonfim (2019) destaca a presença de “*teams*” (como eram chamados os times à época) femininos fazendo apresentações no Circo Alcebíades, no Largo do Paissandu, em São Paulo, no ano de 1926 e, no Circo Queirolo, no Rio de Janeiro em 1930, fazendo referência a 1ª Copa do Mundo de Futebol organizada pela FIFA, no Uruguai. A partir destes dois espetáculos, outros circos passaram a protagonizar exposições de futebol feminino, principalmente no sudeste e sul do país.

5.3. A ORGANIZAÇÃO E VISIBILIDADE DAS EQUIPES DO SUBÚRBIO CARIOCA

Já deixando de ser novidade, o início da organização de equipes de futebol feminino e conseqüentemente, da regularidade e visibilidade da prática desse esporte ocorreu em diferentes bairros suburbanos da cidade do Rio de Janeiro na década de 1930, e com maiores incidências no ano de 1940 (Elsey e Nadel, 2019). A partir daí ocorreram os primeiros festivais competitivos entre equipes exclusivamente femininas, que pelos bairros mais pobres da cidade do Rio de Janeiro eram em torno de 20, ganhando destaque entre a imprensa da época, principalmente no *Jornal dos Sports* (Bonfim, 2019).



Essa organização e expansão é responsável por um histórico episódio: os times do subúrbio carioca S.C. Brasileiro e Casino de Realengo F.C., são convidados a irem até São Paulo disputar uma partida preliminar do jogo masculino entre São Paulo F.C. (SP) e C.R. Flamengo (RJ), marcando a inauguração da iluminação do recém-inaugurado Estádio do Pacaembu. A partida disputada em 17 de maio de 1940 foi vencida pelo S.C. Realengo por 2 a 0.

No entanto, o que marcou a disputa foram as opiniões públicas. Silva (2015) destaca que, enquanto parte da sociedade e da imprensa apoiava a iniciativa, a outra metade a repudiava, apoiada no contexto social conservador da época e na ideia predominante de que homens e mulheres deveriam desempenhar papéis específicos.

5.4. A PROIBIÇÃO DO FUTEBOL FEMININO E A CLANDESTINIDADE

Em 14 de abril 1941, quase um ano após o histórico jogo das equipes suburbanas cariocas no Pacaembu, era publicado o Decreto-Lei nº 3.199, outorgado pelo então presidente Getúlio Vargas. Nele foi criado o Conselho Nacional de Desportos (CND), além de instituir a base de organização dos desportos em todo o país.

No artigo 54 do decreto, vinha estabelecido:

“Às mulheres não se permitirá a prática de desportos incompatíveis com as condições de sua natureza, devendo, para este efeito, o Conselho Nacional de Desportos baixar as necessárias instruções às entidades desportivas do país”.

O decreto oficializou a proibição de algumas práticas esportivas para mulheres, justificando tal medida a partir da ideia de preservação do corpo feminino, portador de uma “natureza frágil” (Bonfim, 2019). O futebol, assim como outras modalidades, apesar de não aparecer descrito no regulamento, estava entre os esportes considerados inapropriados às mulheres. Somente em 1965, 1 ano após a instalação do Regime Militar, é que são detalhados quais os esportes não podem ser praticados por mulheres: “*não é permitida a prática de lutas de qualquer natureza, futebol, futebol de salão, futebol de praia, pólo aquático, pólo, rugby, halterofilismo e beisebol*” (Silva, 2015).



A partir destes atos que proibiram a prática do futebol pelas mulheres, passaram estas então a se arriscar clandestinamente em campos escondidos para continuar jogando (Costa, 2017). Embora houvesse a proibição, não era regulamentada qual pena deveria ser imposta às “meliantes”, sendo estas, na maioria das vezes, levadas às delegacias para depoimento e liberadas logo depois. Segundo Moura (2015), proprietários de terrenos que cediam seu espaço para mulheres jogarem durante este período, passaram até a ser perseguidos pela polícia. Essa forma de jogar, se escondendo dos policiais durou até 1979, quando o ato que proibia a prática do futebol feminino foi revogado.

5.5. FIM DA PROIBIÇÃO, E PRIMEIROS PASSOS APÓS A REGULAMENTAÇÃO

A deliberação 10/79 instruía que “Às mulheres se permitirá a prática de desportos na forma, modalidades e condições estabelecidas pelas entidades internacionais dirigentes de cada desporto, inclusive em competições, observando o disposto na presente deliberação”. Costa (2017) destaca a grande quantidade de mulheres jogando futebol nas praias e locais públicos após essa deliberação. No entanto, apenas em março de 1983 o CND publicou o texto que garantia as regras permitindo a prática do futebol feminino no Brasil.

A partir daí se viu uma grande quantidade de equipes femininas sendo formadas. No mesmo ano da regulamentação, foi organizada a primeira grande competição nacional, a Taça Brasil de Futebol Feminino 1983 (Costa, 2017). Os primeiros passos na organização de competições e equipes foi, em grande parte, responsabilidade daquele que viria a ser o principal time de futebol feminino do país na década de 1980, o Esporte Clube Radar, do Rio de Janeiro (Goellner, 2005). O Radar conseguiu atrair investidores ao longo de sua história, o que lhe permitiu realizar competições e fazer diversas excursões pelo exterior, inclusive para a Europa. O time carioca foi a pioneiro em pagar salários para suas atletas, conseguindo assim atrair as melhores jogadoras do Brasil, somando vitórias e colecionando títulos, entre eles, seis Taças Brasil seguidas entre 1983 e 1988, diversos outros títulos nacionais, Campeonatos Cariocas e um torneio internacional tratado como Mundialito de Clubes em 1986, na Itália, ao bater o Bayern de Munique.

O Radar foi base para a primeira seleção brasileira feminina convocada em 1986. Vale ressaltar que a CBF só passa a gerir a Seleção Brasileira em 1988, quando a FIFA organiza um Torneio Experimental de seleções, disputado na China (Dacosta, 2005). Nesse torneio, novamente o time do Radar foi base para a seleção brasileira, que acabou com a 3ª colocação na competição.

Figura 5. Time do E.C. Radar, que representou o Seleção Brasileira



Fonte: Museu do Futebol (2022)

Em 1991 foi realizada pela FIFA a primeira Copa do Mundo feminina, marcando a estreia da Seleção Brasileira em mundiais. Diferentemente do Torneio Experimental de 1988, o desempenho da seleção foi mais modesto, não conseguindo avançar de fase em um grupo que continha Estados Unidos, Suécia e Japão. O Brasil ficou apenas em 9º lugar na classificação geral, de um total de 12 equipes. Mas, também em 1991, a Seleção Brasileira teve sua primeira relevante conquista, a Copa América, realizada pela CONMEBOL, de forma invicta.

Desde então, o Brasil participou de todas as edições da Copa do Mundo feminina, sendo vice-campeão em 2007 e 3º lugar em 1999, e apesar de não ter conquistado títulos, é considerada uma das seleções mais tradicionais do mundo,



tendo grandes jogadoras ao longo da história, como Marta, Cristiane, Formiga, Sissi e Pretinha.

5.6. A ATUALIDADE DO FUTEBOL FEMININO NO BRASIL

Desde 2007 a CBF passou a dar mais organização e profissionalismo ao futebol feminino brasileiro, com a criação da Copa do Brasil de Futebol Feminino. Antes deste período, as principais competições nacionais eram realizadas de maneira irregular, tendo diferentes nomenclaturas e diferentes organizadores, não tendo critérios claros para participação.

Na edição de estreia em 2007, o SAAD do Mato Grosso do Sul sagrou-se a primeira equipe campeã da Copa do Brasil. A competição foi disputada em maneira eliminatória, tendo representantes de todos os estados do Brasil, fato histórico para a modalidade (RSSF, 2007). A Copa do Brasil seguiu sendo realizada até o ano de 2016, sempre no formato eliminatório.

No ano de 2013 a CBF instituiu, em parceria com a Caixa Econômica Federal, a realização do Campeonato Brasileiro de Futebol Feminino. Em sua primeira edição, a competição envolveu as 20 melhores equipes do Ranking Nacional de Clubes (BRASIL, 2013). Desde sua primeira edição até hoje (2025), a competição foi realizada de maneira ininterrupta, firmando-se como a principal competição de futebol feminino do país, trazendo credibilidade e profissionalismo para a modalidade. Em 2017 a CBF criou a Série A-2 (segunda divisão) e em 2022, a Série A-3 (terceira divisão), criando um sistema de acesso e rebaixamento entre as séries.

O avanço na organização das competições e dos clubes despertou o interesse da mídia. Nos últimos anos, as finais da Série A-1 (como ficou conhecida a primeira divisão após a criação das séries inferiores) tiveram transmissão ao vivo em TV aberta, enquanto os demais jogos tiveram cobertura de TV fechada e streaming, fato muito distante do ostracismo que viviam as equipes há alguns anos.

Apesar dos avanços, o futebol feminino no Brasil ainda enfrenta desafios significativos, incluindo a desigualdade de recursos em comparação com o futebol masculino, a falta de estrutura adequada para treinamento e competições, e a persistência de estereótipos de gênero que limitam o reconhecimento e a valorização das atletas. Almeida (2019) destaca a luta pela igualdade de recursos e



tratamento que atletas e ex-atletas travam com confederações, dirigentes, mídia e patrocinadores, o que aponta que ainda há um longo caminho a ser percorrido.

6. O FUTEBOL FEMININO NO AMAZONAS

Assim como são escassos os registros sobre os primórdios do futebol feminino no Brasil em geral, no Amazonas não é diferente.

Em busca realizada na Hemeroteca Nacional, na seção de periódicos do estado do Amazonas foram pesquisadas as palavras-chave “futebol feminino”, “futebol de mulheres”, “*football* feminino” e “*football* de mulheres”. O período pesquisado foi a partir de 1900 e as informações encontradas foram publicadas pelo Jornal do Commercio e pelo periódico A Encrenca.

6.1. OS PRIMEIROS SINAIS DA PRÁTICA DO FUTEBOL FEMININO NO AMAZONAS

Dentre todo o período pesquisado, que engloba o início do século XX até os dias atuais, o primeiro registro encontrado sobre a prática de futebol por mulheres no Amazonas é datado de 1915. Em sua edição nº 4, o jornal “A Encrenca” noticia o “flagra” de moças jogando futebol na Praça Floriano Peixoto, à noite. A então praça existia onde atualmente funciona o Hospital Militar do Amazonas, no bairro Cachoeirinha. Na capa da edição nº 4 do jornal, está datada a publicação como sendo do dia 5 de novembro de 1915. No entanto, a edição anterior foi publicada no dia 28 de novembro e a seguinte, no dia 12 de dezembro, o que leva a crer que houve um equívoco na digitação do jornal, sendo sua data correta de publicação o dia 05 de dezembro de 1915, já que a publicação era semanal, com lançamentos aos domingos.

Figura 6. Primeiro registro sobre prática de futebol por mulheres no Amazonas

—na praça Floriano Peixoto,
umas mocinhas jogando foot-ball,
as 7 horas da noite.

Fonte: Jornal A Encrenca, Manaus, p. 2, 5 dez. 1915



Em 1919, uma outra publicação mostra que o interesse pela prática do futebol estava surgindo de maneira mais forte entre as mulheres em Manaus. Em sua edição 5624 de 28 de dezembro de 1919, o Jornal do Commercio noticiava que naquele dia, aconteceria no estádio Parque Amazonense um festival esportivo organizado pelos clubes Manaós Sporting e Luso. Para o festival, estavam marcados três jogos de futebol, um entre os times principais dos dois clubes, um entre os times infantis e um jogo entre “senhorinhas” pertencentes ao quadro de sócios das duas agremiações.

No entanto, na edição seguinte do jornal, no dia 29 de dezembro de 1919, é publicada a matéria que contou como foi a realização do referido evento, trazendo os resultados dos jogos entre os times principais e infantis dos clubes, sem mencionar a partida entre as mulheres, dando a entender que ela não foi realizada. Nas edições seguintes, também não há nenhum registro a respeito da realização ou não deste jogo. Após este período, só foram encontrados registros a partir de 1940.

6.2. O PRIMEIRO JOGO REGISTRADO DAS MULHERES NO AMAZONAS

Durante as primeiras décadas do século XX eram muito comuns os festivais esportivos realizados por clubes por todo o Brasil, o que foi incorporado também no Amazonas. No entanto, na grande maioria deles, a participação feminina era limitada, ficando as mulheres, na maioria das vezes como torcedoras.

No entanto, na edição de 13 de novembro de 1940, o Jornal do Commercio divulgou uma programação de aniversário do Atlético Rio Negro Clube, a ser realizado dois dias depois no “*stadium*” do Parque Amazonense, informando que haveria provas de “*athletismo*” e “*football*” infantil, juvenil e adultos masculino e feminino, sendo este último uma ação inédita no estado, indicando que seria a primeira partida de futebol feminino na história do Amazonas.



Figura 7. Festival esportivo da primeira partida de futebol feminino do Amazonas.



Fonte: Jornal do Commercio, Manaus, p. 1, 13 nov. 1940

A edição de 16 de novembro de 1913 do Jornal do Commercio confirmou a realização desta partida, que foi disputada por "jovens senhorinhas do departamento feminino" do Clube, sendo tratada com a primeira partida de "football" entre mulheres no Amazonas.

Esse registro tem enorme importância histórica. É a confirmação de realização da primeira partida de futebol entre mulheres no Amazonas, disputada no então principal estádio de futebol do estado, sendo assistida e apoiada por grande número de pessoas.



Figura 8. Matéria sobre o primeiro “*match de football*” feminino do Amazonas

Terminada essa contenda, entraram em campo as duas equipes femininas que iam pela primeira vez neste estado realizar um match de foot-ball.

Constituidas de jovens senhoritas integrantes do seu departamento feminino, foram recebidas com calorosas salvas de palmas e sob a direcção do veterano crack rionegrino Francisco Oliveira, foi encetada a lucta.

As jovens sportswomen fizeram uma magnifica exhibição tendo Cacy, no primeiro tempo, feito em lindo estylo o primeiro e unico ponto para o seu bando, terminando a primeira phase com esse score.

Ainda Francisco Oliveira, dirigiu o terceiro jogo, que foi entre um team de reservas e um juvenil. Venceu o quadro de reservas pela contagem de um goal a zero.

Findo este jogo, as equipes femininas voltaram a campo para cumprir a segunda phase do encontro.

Esse periodo teve phases interessantes, porém o placard não soffreu alteração, e terminou favoravel ao team de Cacy, pelo significativo score de um a zero.

Fonte: Jornal do Commercio, Manaus, p. 1, 16 nov. 1940

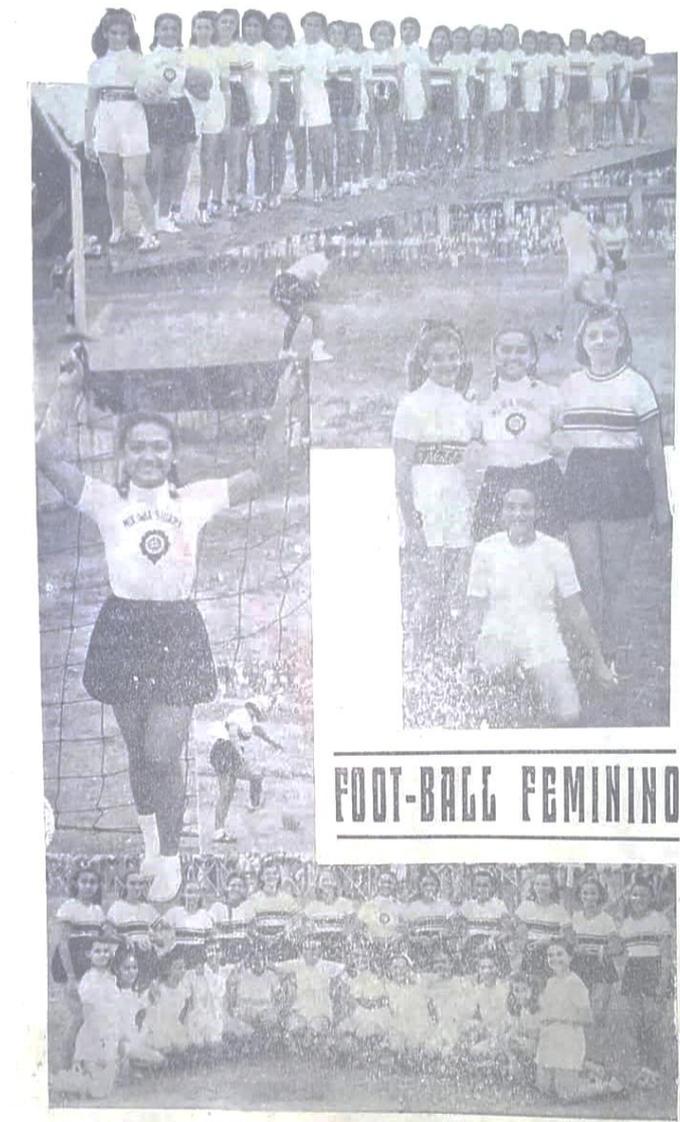
A partida foi disputada por duas equipes de mulheres do departamento feminino do Atlético Rio Negro Clube, que foram recebidas com “calorosas salvas de palmas” segundo o jornal. O jogo foi disputado após uma partida de equipes infantis. A rionegrina Cacy foi a responsável pelo primeiro gol do jogo, que foi também o primeiro gol feminino registrado na história do Amazonas. Ao fim do primeiro tempo, houve uma partida entre juvenis e reservas dos quadros masculinos do Clube e



após este jogo, voltaram a campo as equipes femininas para o segundo tempo, que não teve mais gols. A partida terminou em 1x0 para o time de Cacy.

Apesar de se tratar de uma novidade, as notícias sobre o jogo foram escritas com muito respeito, tanto antes quanto após a partida. O termo “senhorinhas” pode ser encontrado em outras notícias da época, referindo-se a jovens moças de famílias tradicionais. Vale destacar também, que na década de 1940, quando o jogo foi realizado, o Atlético Rio Negro Clube era conhecido como o clube da elite da sociedade manauara, frequentado por famílias ricas e tradicionais, o que pode ter favorecido a atenção dada pela imprensa ao acontecimento.

Figura 9. Registros do primeiro jogo de futebol feminino do Amazonas. Mulheres Rionegrinas em 15 de novembro de 1940.



Fonte: Museu Rio Negro (2023)



6.3. OS PEQUENOS PASSOS APÓS A PROIBIÇÃO NACIONAL

A primeira partida feminina realizada no Amazonas, no fim de 1940 ocorreu meses antes da promulgação do Decreto-Lei nº 3.199, em abril de 1941, proibindo mulheres de exercer práticas esportivas que fossem contra a “natureza do corpo feminino”.

No período em que o Decreto-Lei vigorou, entre 1941 e 1979, pouquíssimos registros de práticas de futebol feminino foram encontrados.

A edição de 4 de setembro de 1959 do Jornal do Commercio apontava a ideia de realização de um jogo entre alunas do Colégio Estadual Amazonense e do Instituto de Educação do Amazonas, que teria caráter filantrópico em favor de uma instituição de caridade da cidade e seria realizado no gramado do Parque Amazonense. No entanto, nenhum registro sobre essa partida foi encontrado nas edições seguintes do Jornal, o que não nos confirma a realização deste jogo.

Conforme diversas ocorrências no Jornal do Commercio, durante as décadas de 1960 e 1970, o histórico treinador amazonense Amadeu Teixeira manteve entre as tantas categorias que treinava no América Futebol Clube, duas equipes de futebol feminino, que sem ter competições para disputar, faziam exhibições em festivais esportivos internos do próprio Clube, ou em intervalos de jogos masculinos, principalmente no campo do Parque Amazonense, que por muitos anos foi administrado pelo América Futebol Clube e pela família Teixeira.

6.4. APÓS A LIBERAÇÃO, AS PRIMEIRAS COMPETIÇÕES OFICIAIS E O DESTAQUE BRASIL AFORA

A liberação da prática do futebol feminino em 1979 encorajou as mulheres a formarem equipes e empolgou entusiastas do esporte que queriam organizar competições oficiais.

Em 1983, a Federação Amazonense de Futebol (FAF) organizou a primeira competição entre equipes femininas no Amazonas. O torneio foi de caráter experimental, sendo chamado de Torneio Aberto, que teve o Sul América como campeão. O sucesso desta primeira competição encorajou a FAF a organizar o primeiro Campeonato Amazonense de Futebol Feminino em 1984, que foi disputado pelas equipes do Sul América, Fast Club, Nacional F.C., Cheik Club, Libermorro e



Tarumã. O primeiro clube Campeão Amazonense de Futebol Feminino foi o Sul América, que venceu o Fast Club na final. O time base da equipe campeã era formado por Socorro, Regiane, Lucia, Ana Maria e Leila; Pelé, Rosangela e Martinha; Ana, Liete e Key.

Já em 1985, a competição foi disputada pelo Sul América, Fast Club, Cheik Club, Libermorro F.C. e Princesa Izabel, tendo o Libermorro como grande campeão.

O Sul América se manteve em destaque no futebol feminino amazonense, tendo conquistado o primeiro Torneio Aberto da FAF, o primeiro Campeonato Amazonense e um torneio amistoso em Rondônia em 1983, sendo considerado o Campeão da Amazônia.

Esse destaque, deu ao Sul América a chance de ser o primeiro clube do Amazonas a disputar uma competição nacional, a VI Taça Brasil de Futebol Feminino de 1988. Por dificuldades logísticas a competição só foi disputada no início de 1989, nos dias 08 a 15 de janeiro, com sede única na cidade de Niterói (RJ). Segundo a RSSSF Brasil, seis equipes disputaram a competição: SAAD/Guarani (SP), Atlético (GO), Vila Dimas (DF), Independente (PA), Sul América (AM) e Radar (RJ). O Sul América chegou à final da competição, passando pelo Independente (PA) na semifinal. Na decisão, acabou sendo derrotado por 3x0 pelo Radar (RJ), que era a principal e mais forte equipe feminina do futebol brasileiro. O título de 1988 foi o último da hegemônica trajetória do Radar, que havia vencido todas as edições da Taça Brasil, desde a primeira edição da competição em 1983. Mesmo com a derrota, o Sul América saiu fortalecido da competição, afinal, ser vice-campeão nacional era um grande feito.

Em 1991, veio o tão sonhado título nacional. O Sul América novamente representou o Amazonas em uma competição nacional, desta vez, no Torneio Nacional, que substituiu a antiga Taça Brasil. Na competição disputada na cidade de Mairinque (SP), o Sul América iniciou sua trajetória perdendo para o SAAD (SP) por 4x1, mas se recuperou e venceu o Vasco da Gama (RJ) por 4x0, venceu o Independente (PA) por 2x1, e também venceu o Goiânia (GO) por 4x0, chegando a final da competição, para enfrentar novamente o Independente (PA) e vencer a decisão por 1x0 (Acrítica, 2022).

Após o destaque do Sul América, outro clube que passou a ter destaque nas competições oficiais na década de 1990, foi o Atlético Rio Negro Clube. O ápice do



futebol feminino rionegrino foi em 1997, ano em que o clube conquistou o Campeonato Amazonense ao bater o São Raimundo na decisão, vencendo por 3x2.

No mesmo ano, o Rio Negro foi o representante do Amazonas no I Campeonato Brasileiro de Futebol Feminino, promovido pela CBF. A competição foi disputada na cidade de Taubaté (SP). O Rio Negro esteve no grupo A da competição, ao lado de Gama Filho (RJ), São Paulo (SP) e Cabo Frio (RJ). O time amazonense avançou de fase juntamente com a equipe do São Paulo (SP), mas, acabou eliminado na fase seguinte, em um grupo que contava com Corinthians (SP), Vasco da Gama (RJ) e Internacional (RS), sofrendo 3 derrotas para clubes tradicionais do país. Em 1998, o Rio Negro novamente representou o Amazonas no Campeonato Brasileiro, desta vez, disputado em Goiânia (GO). O clube amazonense novamente foi eliminado na segunda fase, na competição que teve o Vasco da Gama (RJ) como campeão.

Além de montar sua equipe adulta, o Rio Negro foi pioneiro na montagem de equipes femininas de futebol de base no Amazonas, visando disputas de competições oficiais. No ano de 1997 a CBF promoveu a I Copa Brasil de Futebol Feminino Sub-17. Como o Rio Negro participou do Campeonato Brasileiro adulto no mesmo ano, a confederação também fez o convite para o clube disputar o certame de base. A competição foi disputada na cidade de Cabo Frio (RJ) e o Rio Negro acabou sendo vice-campeão.

O jornal Bola em Jogo (1997) detalhou a campanha rionegrina, que na primeira fase, venceu o Vasco da Gama (RJ) por 5x1 e o União Aru (PR) pelo mesmo placar, além de um empate com o Aliança (GO) em 1x1. Nas quartas de final, venceu o Ypiranga (PR) por 3x1 e, na semifinal, bateu o Goiânia (GO) por 2x1. Na final, o clube amazonense acabou sendo derrotado pelo então poderoso SAAD (MS) por 5x1.

6.5. A ASCENSÃO DO FUTEBOL FEMININO AMAZONENSE E A ATUALIDADE

Segundo a Federação Amazonense de Futebol (FAF), o Campeonato Amazonense de Futebol Feminino vem sendo disputado de forma ininterrupta desde 2007. Antes desse período, a realização da competição tinha hiatos de tempo, sendo disputadas em anos sim, anos não. Em 2007 a CBF organizou a primeira Copa do Brasil Feminina, e cada estado deveria indicar uma equipe representante,



que deveria ser definida através de competição local. Os tradicionais Rio Negro e Nacional F.C. foram as únicas equipes interessadas na disputa e o Rio Negro foi o campeão, ganhando vaga para a competição nacional. Na Copa do Brasil, o Rio Negro chegou até a segunda fase, sendo eliminado pelo Genus de Rondônia.

A regularidade na realização do Campeonato Amazonense Feminino promoveu o aparecimento de novas equipes com destaque local e nacional, como o Esporte Clube Iranduba da Amazônia e o 3B da Amazônia.

Fundado em 2011, o Iranduba marcou época e foi uma referência no futebol feminino do Amazonas, alcançando destaque nacional e internacional. Já no seu ano de fundação foi Campeão Amazonense e disputou a Copa do Brasil Feminina. O clube enfileirou 8 títulos consecutivos do Campeonato Amazonense Feminino, de 2011 a 2018. Participou também do Campeonato Brasileiro Feminino de forma consecutiva de 2013 até 2020, chegando as semifinais em 2017, ano em que teve seu melhor desempenho na competição. Neste período, contou com jogadoras de Seleção Brasileira, como Djeni e Andressinha, que ajudaram o Iranduba a se tornar um sucesso de público em jogos do Campeonato Brasileiro Feminino, gerando destaque nacional a equipe. Nesse período, Manaus ficou conhecida na mídia esportiva brasileira como a “capital nacional do futebol feminino” (UOL, 2017), devido ao grande público presente nos jogos do Iranduba. Tamanho destaque e interesse da população manauara nos jogos de futebol feminino levaram a Confederação Sul-americana de Futebol (CONMEBOL) a realizar a Copa Libertadores Feminina em Manaus, no ano de 2018. A competição teve o Atlético Huila (Colômbia) como campeão, o Santos F.C. (São Paulo) como vice-campeão e o Iranduba em 3º lugar.

O ano de 2020 marcou a queda do Iranduba para a Série A-2 do Campeonato Brasileiro. Na segunda divisão nacional, teve duas participações, em 2021 e 2022. Este ano de 2022, foi o último em que o clube participou de competições oficiais, após se afundar em crises financeiras e desde então está licenciado de competições oficiais.

Outro clube que apareceu com grande destaque no futebol feminino do Amazonas foi a Associação 3B da Amazônia. Fundado em 2017, logo no primeiro chegou à final do Campeonato Amazonense, perdendo a decisão para o Iranduba, mas, conquistando a vaga para o Campeonato Brasileiro Série A-2 de 2018. Em 2018, foi novamente vice-campeão amazonense perdendo o título novamente para o



Irlanduba e, na segunda divisão nacional, foi eliminado na fase semifinal, não conseguindo o acesso para a primeira divisão.

Em 2019 o 3B finalmente conquistou o Campeonato Amazonense Feminino, iniciando o processo de uma nova hegemonia no futebol feminino do Amazonas. O título amazonense também ficou com o 3B em 2021, 2023 e 2024. A nível nacional, o 3B foi vice-campeão Brasileiro da Série A-2 em 2024, ao ser derrotado na decisão para a equipe do BAHIA E.C., esse resultado deu à equipe o direito de disputar a primeira divisão do futebol feminino em 2025, competição que nenhum clube amazonense jogava desde 2020.

Em 2024, a FAF acrescentou em seu calendário oficial duas competições femininas de base: o Campeonato Amazonense Feminino Sub-15 e o Campeonato Amazonense Feminino Sub-17. Em sua edição de estreia, o Campeonato Sub-15 teve a participação das equipes Amazônia Futebol Clube, Esporte Clube Tarumã, Manaus Futebol Clube e Arsenal Irlanduba, enquanto no Sub-17 participaram Amazônia Futebol Clube, Arsenal Irlanduba, Manaus Futebol Clube, São Paulo Manaus e Esporte Clube Tarumã. Em ambas as categorias, o Amazônia Futebol Clube foi campeão (FAF, 2024).

Na divulgação de seu calendário oficial de competições de 2025, a FAF confirmou novamente a realização dos campeonatos estaduais nas categorias Sub-15, Sub-17 e profissional.

6.6. O FUTEBOL FEMININO AMADOR NO AMAZONAS

O futebol amador no Amazonas é muito forte, com diversas competições durante o ano, movimentando tanto a capital Manaus, quanto municípios do interior. Manaus pode orgulhar-se de ter um dos maiores campeonatos de futebol amador do mundo. Disputado desde 1973, o “Peladão” movimenta centenas de equipes todos os anos nos campos comunitários de Manaus, em diversas categorias, entre elas, o feminino. Disputado desde 2005, o Peladão Feminino envolve em média 38 equipes todos os anos, movimentando mais de mil atletas amadoras nessa atividade (SOUZA, 2017). Ainda segundo Souza (2017), o “Peladão Feminino” se mostra como um espaço democrático, em que mulheres de várias idades, solteiras, casadas, com ou sem formação, empregadas ou não, disputam partidas de futebol de maneira participativa com empolgação e amor ao esporte.

Comumente, as finais do “Peladão”, em todas as suas categorias, têm sido disputadas na Arena da Amazônia, principal estádio de futebol do Amazonas e palco de jogos na Copa do Mundo de Futebol Masculino em 2014. Essa possibilidade, valoriza a competição e o esforço das mulheres, que jogam em campos de barro sonhando em chegar à final e jogar no gramado do estádio.

Figura 10. Equipe Jovens de Cristo Canaranas levanta o troféu de campeã do Peladão Feminino 2025, na Arena da Amazônia.



Fonte: Portal Acritica (2025)

7. ENTRE FUNDAMENTOS E APROFUNDAMENTOS DO FUTEBOL FEMININO NOS ENCONTROS E DESENCONTROS DE GÊNERO NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA

A desigualdade de gênero é um fenômeno estrutural que atravessa diversas dimensões da sociedade, manifestando-se de forma particularmente intensa nos espaços educacionais. Na Educação Física escolar, essas desigualdades tornam-se visíveis tanto nas práticas pedagógicas quanto nas formas de participação dos estudantes, refletindo e reforçando estereótipos historicamente construídos sobre o que é “adequado” para meninos e meninas.



Neste capítulo, nos aprofundaremos sobre a questão de gênero e suas complexidades, fazendo um paralelo com a Educação Física e a prática do futebol na escola.

7.1. AFINAL, O QUE É GÊNERO?

O conceito de gênero tem se constituído como uma das mais relevantes categorias analíticas para a compreensão das relações sociais, especialmente quando se trata de desigualdades estruturais. Diferente do sexo biológico, que se baseia em características anatômicas e fisiológicas (como genitais, cromossomos e hormônios), o gênero é uma construção social que varia de acordo com o tempo, o espaço e as normas culturais de cada sociedade.

Tal conceito emerge principalmente nos estudos das ciências humanas e sociais para distinguir as características culturais atribuídas ao masculino e ao feminino. Enquanto o sexo é visto como uma categoria da biologia, o gênero é uma categoria da cultura. A forma como uma sociedade define o que é ser homem ou mulher e os comportamentos esperados de cada um, não é universal, mas sim moldada por contextos históricos, religiosos, econômicos e políticos.

As definições atuais de gênero e suas aplicações são baseadas nas observações de Simone de Beauvoir, de que “não se nasce mulher”, classificando gênero como uma característica construída. Scott (1995) destaca que o gênero opera como uma lente através da qual se constroem significados sociais sobre o corpo, o desejo, o poder e a identidade. Dessa forma, o gênero não é fixo nem natural: é performativo, relacional e atravessado por fatores como classe, raça, sexualidade e geração. Uma definição de gênero trazida pela autora diz que

“Gênero é um elemento constitutivo das relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos, sendo uma forma primária de dar significado às relações de poder” (Scott, 1995).

O gênero é uma das bases pelas quais o poder político tem sido definido, justificado e questionado. Ele não apenas se refere à distinção entre homem e mulher, mas também a constrói. Para manter o poder político, essa distinção precisa parecer algo estável e inquestionável, como se fizesse parte da ordem natural da vida do ser humano. Assim, a divisão binária e as relações sociais entre os gêneros



passam a integrar o próprio conceito de poder; questionar ou modificar qualquer desses elementos representa uma ameaça a todo o sistema.

Historicamente, o gênero foi utilizado como ferramenta para legitimar desigualdades sociais, políticas e econômicas. Durante séculos, o papel da mulher foi associado ao espaço doméstico, à maternidade e à submissão, enquanto o homem era identificado como figura pública, racional e dominante. Essa divisão binária e hierárquica moldou instituições, leis, religiões e práticas cotidianas, naturalizando a ideia de que certas funções pertencem “naturalmente” a um dos sexos. Entretanto, a partir do século XX, sobretudo com o avanço do feminismo e dos estudos de gênero, essas concepções começaram a ser questionadas. Pesquisas encabeçadas principalmente por Simone de Beauvoir, Butler e Scott, mostraram que o gênero é uma construção social e histórica, não uma essência fixa. Assim, compreender o gênero como categoria de análise histórica permite revelar como as relações de poder se formaram e se perpetuaram, e como diferentes grupos resistiram e transformaram essas estruturas.

Na prática histórica, o uso do gênero como ferramenta de análise possibilitou uma reinterpretação de eventos e processos antes centrados apenas nas experiências masculinas. Passou-se a investigar o papel das mulheres nas revoluções, nas guerras, nas artes e na política, além de ampliar a discussão para outras identidades de gênero e sexualidades. Essa abordagem também permitiu repensar noções de masculinidade e feminilidade, mostrando que ambas são múltiplas, fluidas e atravessadas por fatores como classe, raça e cultura.

Assim, compreender o gênero é compreender também os dispositivos que regulam e normatizam condutas consideradas “adequadas” para meninos e meninas, homens e mulheres, em toda a sociedade, assim, também em espaços de formação como a escola. No âmbito da Educação Física, essa compreensão é essencial para desmontar práticas que, historicamente, contribuíram para a exclusão e invisibilização de corpos femininos em determinadas modalidades esportivas, como o futebol.

7.2. GÊNERO E HISTÓRIA: O FUTEBOL COMO TERRITÓRIO MASCULINIZADO

Segundo Scott (1995), o gênero deve ser entendido como uma categoria útil de análise histórica, ou seja, uma ferramenta para investigar como as diferenças entre



homens e mulheres são produzidas, naturalizadas e institucionalizadas ao longo do tempo. O futebol, nesse sentido, oferece um campo privilegiado para examinar a construção do masculino como norma.

Desde suas origens modernas no século XIX, o futebol foi vinculado a ideias de virilidade, força física, agressividade e domínio público, atributos tradicionalmente associados ao ideal de masculinidade. Nesse processo, o esporte foi se tornando um território hegemonicamente masculino, onde as mulheres eram vistas como espectadoras passivas ou completamente excluídas.

A presença das mulheres no futebol foi historicamente marginalizada ou deslegitimada. No Brasil, tivemos o absurdo decreto-lei nº 3.199 de 1941 que proibiu a prática de futebol (e de outras modalidades) por mulheres, sob o argumento de que o esporte seria "incompatível com a natureza feminina". Essa proibição só foi revogada em 1979, criando um hiato de quase 40 anos sem a prática e, conseqüentemente, sem o desenvolvimento do futebol feminino no país. Nesse período, apenas esportes "leves" como golfe, tênis e ginástica eram permitidos às mulheres. Esse dado revela como o Estado, os discursos médicos e a moral pública atuaram para reforçar a associação entre o corpo masculino e o futebol, construindo a modalidade como um espaço legítimo apenas para homens.

A Figura 11 retrata esse período. Um recorte jornalístico que na mesma página aborda a continuidade da proibição da prática do futebol feminino no país, enquanto valoriza a vitória de Maria Ester Bueno, icônica tenista brasileira, em uma competição internacional. Para a sociedade patriarcal e para o governo, era mais adequado uma mulher rebatendo uma pequena bola com uma raquete leve enquanto usava um vestido de tecidos finos, do que 22 mulheres em campo disputando jogadas de força e disputando espaço com os homens.



Figura 11. Notas da Última Hora em 1959 tratam da proibição do futebol feminino e do sucesso da mulher no tênis

**CONTINUA
PROIBIDO O
FUTEBOL
FEMININO NO
BRASIL**

Reuniu-se ontem de manhã o Conselho Nacional de Desportos sob a presidência do Sr. José Maria Paula de Ramos, presidente em exercício.

As principais decisões tomadas foram as seguintes: continua formalmente proibido em todo o território da União a prática do futebol feminino; foi negada ao São Paulo a possibilidade de contratar um segundo jogador estrangeiro; foi devolvido o contrato do jogador Jorge, apresentado pelo América e rasurado, como não podendo ter valor legal.

**VITÓRIA DE
MARIA ESTER
NO TORNEIO
DA INGLATERRA**

LONDRES, 12 (FP) — A brasileira Maria Ester Bueno, detentora do título, classificou-se para a final de sim-



O futebol não é apenas um reflexo de normas de gênero; ele participa ativamente na produção da masculinidade. Para muitos meninos, jogar futebol é um rito de passagem socialmente incentivado, enquanto meninas que demonstram interesse ou habilidade frequentemente enfrentam resistência ou preconceito. A prática do futebol reforça a ideia de que o corpo masculino é forte, competitivo, racional e público, enquanto o corpo feminino seria frágil, passivo, emocional e doméstico. Assim, o esporte opera como um dispositivo de gênero que reproduz desigualdades simbólicas.

Nos últimos anos, a presença de mulheres no futebol cresceu, tanto como atletas profissionais quanto em torcidas organizadas e na mídia esportiva. Essa presença desafia a lógica histórica que associa o futebol ao masculino. No entanto, a desigualdade de visibilidade, investimento, cobertura midiática e remuneração persiste, mostrando que a disputa simbólica ainda está em curso. A análise de Scott (1995) nos ajuda a entender que essa disputa não é apenas por espaço físico ou reconhecimento, mas por mudanças nas estruturas discursivas e institucionais que produzem o futebol como território de poder masculino.

7.3. GÊNERO, ESPORTE E EDUCAÇÃO FÍSICA

O esporte é um dos principais conteúdos abordados na educação física e assume certo protagonismo em relação às demais práticas corporais da disciplina. Bracht (1999) destaca que tal protagonismo, pode ser explicado pelo período histórico, a partir da década de 1940, em que o esporte praticamente foi único conteúdo aplicado nas aulas de educação física. González e Fensterseifer (2010) afirmam que, nesse período, a Educação Física e o esporte assumiram papel homogêneo, sendo vistos como uma coisa só. Dessa forma, as práticas esportivas na escola têm, em muitos casos, sido tratada de maneira elitista, não pedagógica, priorizando aquele aluno que tem mais experiência naquela prática, tornando o movimento como o esporte na escola e não o esporte da escola. Esta maneira de se conduzir as atividades de cunho esportivo acaba excluindo e inferiorizando aqueles que não tem o costume da prática esportiva.

Podemos perceber que existe grande diferença nas relações de gênero neste processo, fruto de uma histórica e falha construção cultural que se perpetua até os dias atuais.



Historicamente, as normas de gênero têm desempenhado um papel significativo em moldar as expectativas e oportunidades para a participação das meninas na educação física. Durante grande parte do século XX, as meninas eram frequentemente desencorajadas de participar de atividades físicas mais intensas, como os esportes que exigiam maior vigor e contato físico, dando ênfase em atividades consideradas mais “apropriadas” para o gênero feminino (Prado et al., 2016), como dança e ginástica.

Desta forma, meninos e meninas realizavam atividades diferentes e de maneira separada nas aulas de educação física (Romero, 1994). Esta diferenciação de experiências contribui diretamente para a diferença das habilidades adquiridas entre meninos e meninas, afetando o nível de envolvimento destes indivíduos com as práticas corporais e conseqüentemente, com a educação física (Mariano, 2010).

As conseqüências destas diferenças podem causar severos danos às meninas. De acordo com Saraiva (1999):

No campo biofisiológico, a performance motora feminina fica prejudicada pelas menores oportunidades de vivências corporais, em relação as oportunidades de jogos esportivos oferecidas aos meninos. No campo psicológico, a aceitação por parte das meninas da ideia de superioridade física do homem, que transferida aos outros aspectos de vida leva à acomodação, uma vez que os meninos são desde cedo estimulados para a independência. E no campo social, pode-se facilmente deduzir em decorrência dos fatos anteriores, as conseqüências para o papel social de ambos os sexos (Saraiva, 1999, p. 27).

Tentando interferir nesta realidade, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs/Brasil, 1998), de Educação Física, cita a importância das aulas mistas propiciando vivências onde os alunos possam ser mais respeitosos e tolerantes evitando-se a estereotipia. O lançamento da Base Nacional Comum Curricular (BNCC/Brasil, 2018), documento norteador mais recente para a educação básica, propõe abordar o esporte na Educação Física Escolar por meio da lógica interna das modalidades, visando a compreensão sobre elas; e, propor, em suas competências gerais, o exercício à empatia, cooperação, valorização da diversidade e evitar formas de preconceito (Pires et al., 2022).

No entanto, a BNCC suprimiu o termo “gênero” de seu conteúdo em sua versão final, eximindo-se de maiores polêmicas, principalmente em um momento histórico em que as opiniões populares estão divididas no país, tendo uma forte corrente conservadora e fundamentalista que tenta esconder a importâncias das



discussões sobre as questões de gênero. Torna-se, no mínimo curioso, que nas duas primeiras versões da BNCC (2015 e 2016) o termo gênero era abordado, ainda que poucas vezes, sendo ligado aos debates sobre respeito, ética e diversidade.

Então, na realidade, o que se vê ainda, é a grande maioria de envolvimento masculino nas atividades realizadas nas aulas de educação física, sobretudo, nos esportes. Louro (2014) afirma que embora possa existir diferença de gênero em outros ambientes da escola e em atividades de outras matérias, é na educação física que essa diferença fica mais evidente, pelo protagonismo do corpo, das habilidades e das valências físicas.

Poderia então, o esporte ser trabalhado de maneira a contribuir com a integração entre os gêneros na educação física? Segundo Bracht (1997),

Sim. Portanto, o esporte tratado e privilegiado na escola pode ser aquele que atribui um significado menos central ao rendimento máximo e à competição, e procura permitir aos educandos vivenciar também formas de prática esportiva que privilegiem antes o rendimento possível e a cooperação (Bracht, 1997, p. 19).

Assim, o esporte, enquanto protagonista da educação física escolar, não deve ser tratado como vilão, mas sim como aliado em busca da igualdade de gênero nas aulas.

Bracht (2000, p.3) afirma também que,

A negação do esporte não vai no sentido de aboli-lo ou fazê-lo desaparecer ou então, negá-lo como conteúdo das aulas de EF. Ao contrário, se pretendemos modificá-lo é preciso exatamente o oposto, é preciso tratá-lo pedagogicamente. É claro que, quando se adota uma perspectiva pedagógica crítica, este "tratá-lo pedagogicamente" será diferente do trato pedagógico dado ao esporte a partir de uma perspectiva conservadora de educação.

Deve então o esporte ser utilizado na escola de maneira educativa, visando a equidade entre os alunos e alunas. O envolvimento de meninas e meninos na prática esportiva pode ajudar a desconstruir estereótipos tradicionais de gênero. Quando meninas participam de esportes tradicionalmente considerados "masculinos" e vice-versa, os preconceitos tendem a ser desafiados e reduzidos.



8. PERCURSO INVESTIGATIVO

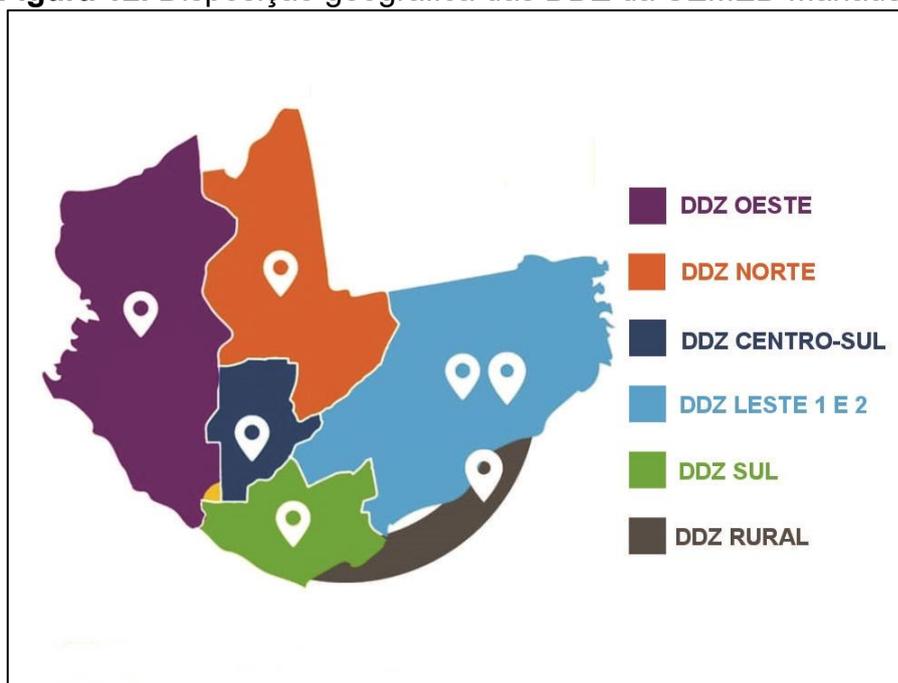
Trata-se de uma pesquisa qualitativa de caráter descritivo. Segundo Silva e Menezes (2000) a pesquisa descritiva visa descrever as características de determinada população ou fenômeno, ou o estabelecimento de relações entre variáveis. Envolve o uso de técnicas padronizadas de coleta de dados, como questionário ou observação sistemática.

8.1. UNIVERSO DA PESQUISA

Este estudo foi desenvolvido no município de Manaus, capital do estado do Amazonas, principal centro econômico do estado e de toda a Região Norte do Brasil. É a cidade mais populosa do Amazonas, da Região Norte e de toda a Amazônia Brasileira, com uma população superior 2.200.000 habitantes (IBGE, 2019).

A rede municipal de educação, gerida pela Secretaria Municipal de Educação – SEMED, é subdividida em distritos, chamados de Divisão Distrital de Zona (DDZ), organizados por zonas geográficas, a fim de organizar a estrutura educacional de acordo com as necessidades específicas destas localidades. São elas: DDZ Norte, DDZ Sul, DDZ Oeste, DDZ Centro-Sul, DDZ Leste 1, DDZ Leste 2 e DDZ Rural.

Figura 12. Disposição geográfica das DDZ da SEMED Manaus



Fonte: Elaborado pelo autor (2025).



A escola em que foi realizada a pesquisa faz parte da DDZ Leste 2. Tal escola foi escolhida por dois motivos: por estar localizada na maior zona geográfica da cidade de Manaus e por ser a escola que atuo enquanto professor de Educação Física.

Dentro da DDZ Leste 2, a escola em questão é uma das maiores, sendo considerada pela SEMED Manaus uma escola polo, justamente pelo seu tamanho e sua população discente. A escola é composta por 20 salas de aula, funcionando nos turnos matutino e vespertino, abrigando 40 turmas de Ensino Fundamental, de 6º ao 9º ano. A escola conta ainda uma biblioteca, um Centro Tecnológico de Educação equipado com 15 computadores e uma sala ampla, utilizada para reuniões e apresentações em geral.

A escola funciona desde 2009 e, curiosamente, em seu projeto inicial, embora a escola ocupe um terreno de grande espaço, não foi feito um ginásio ou quadra para a prática de atividades físicas. O que se tinha era um espaço de aproximadamente 15m x 10m, com piso de barro, sem cobertura, onde eram realizadas tais atividades.

Em 2023, esse espaço ganhou um piso de concreto e pintura, o que contribuiu para a realização das aulas. No entanto, esse espaço continua sem cobertura, o que prejudica as atividades, principalmente em épocas de verão, em que o calor é altíssimo em Manaus.

Para atender as 40 turmas da escola, especificamente na Educação Física, a escola conta com 6 professores, sendo que 3 atuam no turno matutino e 3 atuam no turno vespertino. Esses professores revezam a utilização do espaço destinado a prática da Educação Física.

8.2. PARTICIPANTES

Participaram da pesquisa 40 alunas do 9º ano do ensino fundamental da referida escola. Foi escolhida essa faixa de ensino, por entender que as alunas já percorreram a maior parte do Ensino Fundamental e que com suas experiências acumuladas ao longo desses anos de vida escolar, possam ter maior discernimento e clareza nas respostas. Como critério de participação foram convidadas 5 alunas de cada uma das 8 turmas de 9º ano do Ensino Fundamental, que tivessem frequência



nas aulas acima de 80%. Como critério de exclusão, adotou-se a não entrega dos Termos de Consentimento e Assentimento Livre e Esclarecido devidamente assinado pelas alunas e seus responsáveis legais, no entanto, todas as participantes entregaram.

Foram esclarecidos para as participantes os benefícios e os riscos da pesquisa. Como benefício, a contribuição da participação delas para o entendimento e enfrentamento de um problema que está diretamente ligado ao cotidiano delas. Como risco, a possibilidade de timidez durante a aplicação da pesquisa.

8.3. MATERIAIS E MÉTODOS

O instrumento utilizado para a coleta de dados para a realização deste estudo consiste em um questionário com questões abertas e fechadas, mostrado na íntegra no Apêndice A. Marconi e Lakatos (1999) apresentam as seguintes vantagens para a utilização de um questionário em uma pesquisa: obtém um grande número de dados, atinge um determinado grupo de maneira simultânea, abrange uma ampla área geográfica, obtém respostas mais rápidas e precisas, mantém o respondente no anonimato, não há a influência do pesquisador e maior uniformidade na avaliação.

O questionário aplicado foi adaptado de Souza Júnior e Darido (2002). Em seu estudo, os autores entrevistaram 70 alunas da antiga 7ª série (atual 8º ano) do Ensino Fundamental, na cidade de Rio Claro, interior de São Paulo, com objetivo de realizar uma abordagem preliminar com relação à prática do futebol pelas meninas nas aulas de Educação Física e em outras situações dentro do ambiente escolar, verificando, entre outros aspectos, como ocorria o desenvolvimento das aulas de Educação Física quanto ao gênero, qual a aderência das meninas à prática do futebol e a preferência desta modalidade comparada às demais sugeridas no estudo (basquetebol, voleibol e handebol), e, como se dava a ocupação dos espaços esportivos escolares com relação ao gênero dos alunos. A adaptação realizada no questionário se deu pela necessidade de adequar as perguntas realizadas às alunas entrevistadas aos objetivos desta pesquisa.

Os questionários foram aplicados de maneira impressa, de forma com que as participantes pudessem respondê-los de maneira escrita. Foi utilizada a biblioteca da



escola para a aplicação, em horários reservados previamente para esse fim, sem presença de outros alunos que não fossem as participantes da pesquisa.

As aplicações foram realizadas em 8 dias, de maneira que a cada dia apenas 5 participantes respondessem os questionários. Em todos os dias eu fui o aplicador e me mantive presente durante todo o tempo em que as participantes levaram para responder as perguntas. A cada dia de aplicação, esclareci às participantes os objetivos da pesquisa, seus riscos e benefícios, bem como deixei claro a possibilidade de as mesmas desistirem de participar da pesquisa a qualquer momento, sem prejuízos. Após esses esclarecimentos, fiz uma leitura completa do questionário em voz alta para as alunas antes de elas começarem a responder, a fim de esclarecer possíveis dúvidas sobre as perguntas propostas. Não foi delimitado um tempo mínimo ou máximo para que as participantes terminassem de responder o questionário.

8.4. ASPECTOS ÉTICOS

Como garantia de ética e confidencialidade dos dados, o estudo foi submetido ao Comitê de Ética da Universidade Federal do Amazonas – CEP/UFAM e aprovado sob o Certificado de Apresentação de Apreciação Ética (CAAE) Nº 84811224.4.0000.5020, Parecer Nº 7.360.165. A produção dos dados ocorreu após assentimento e assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE – Apêndice B) por parte dos responsáveis legais das participantes e do Termo de Assentimento Livre e Esclarecido (TALE – Apêndice C) por parte das participantes, menores de idade, o que assegura às participantes, todos os procedimentos éticos da pesquisa e a possibilidade de, em qualquer momento, se retirar da mesma sem prejuízos para qualquer uma das partes. Tanto o TCLE quanto o TALE foram impressos em duas vias, ficando uma com o pesquisador e uma com o participante.

É importante salientar que os dados produzidos na pesquisa serão guardados pelo pesquisador responsável e só serão utilizados para fins educacionais e científicos, com tratamento para garantir o anonimato do participante e de outros que venham a ser citados.



8.5. ANÁLISE DOS DADOS

Para a análise dos dados coletados foi utilizado o Método da Análise Temática (MINAYO, 2004).

Essa técnica busca identificar, organizar e interpretar os “núcleos de sentido” presentes nas falas, textos ou documentos, que expressam significados relevantes em relação ao objeto de estudo. O “tema” é entendido como uma unidade de significação que se manifesta naturalmente no discurso e que possui relevância para o problema de pesquisa.

Minayo (2004) organiza a análise de conteúdo (e a análise temática dentro dela) em três grandes fases: Pré-análise; Exploração do material; Tratamento dos resultados, inferência e interpretação.

Através do Método da Análise Temática, o pesquisador interpreta os temas e categorias à luz dos objetivos da pesquisa e do referencial teórico, produzindo inferências sobre o que os dados revelam em relação ao fenômeno estudado, construindo sínteses e articulações teóricas, tendo como foco compreender o significado profundo das falas ou textos, indo além do que está literalmente dito.



9. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise dos resultados obtidos na presente pesquisa exige compreender o conjunto de fatores históricos, sociais e pedagógicos que permeiam o ensino do futebol feminino nas escolas. O questionário aplicado a 40 alunas do 9º ano não se limita a aferir dados quantitativos, mas se insere em um campo mais amplo de interpretação, onde a construção das respostas se entrelaça com as desigualdades de gênero que atravessam a Educação Física escolar (Scott, 1995; Louro, 2014). Ao problematizar a relação entre futebol e gênero, torna-se necessário reconhecer que a prática desta modalidade nas escolas é resultado de um percurso histórico marcado por exclusões e resistências, que moldam não apenas o presente, mas também as percepções das estudantes sobre o lugar da mulher no esporte.

Historicamente, como demonstram Bonfim (2019) e Goellner (2005), o futebol feminino foi negligenciado por políticas esportivas e pela própria cultura escolar. O longo período de proibição legal, vigente entre 1941 e 1979, deixou um vácuo de referências e oportunidades, afetando a legitimidade da presença feminina nos campos e quadras. Essa ausência histórica não apenas privou gerações de mulheres da prática, mas também reforçou narrativas que naturalizam a centralidade masculina no futebol. A escola, enquanto espaço de socialização e aprendizagem, herdou parte desses padrões excludentes, reproduzindo-os ou, em alguns casos, tentando desconstruí-los.

Nesse contexto, a Educação Física escolar ocupa papel central, pois é, para muitas meninas, o primeiro e, por vezes, o único espaço institucional de contato com o futebol. No entanto, como aponta Bracht (1999; 2000), a forma como o esporte é tratado pedagogicamente pode reforçar ou reduzir desigualdades. A priorização do rendimento e da competitividade, sem a devida mediação pedagógica, tende a beneficiar os meninos, que já chegam com maior bagagem técnica adquirida em contextos informais e extracurriculares. Assim, mesmo quando a modalidade está presente no currículo, a participação feminina pode se tornar residual.

As respostas das alunas, analisadas adiante, precisam ser compreendidas à luz dessa desigualdade de oportunidades. Louro (2014) lembra que as diferenças de gênero na Educação Física não são apenas reflexo de preferências individuais, mas expressão de relações de poder que atribuem valor e legitimidade diferenciados às práticas masculinas e femininas. Isso significa que a eventual ausência de interesse



pelo futebol, manifestada por algumas alunas, pode ser menos um dado "natural" e mais um resultado de barreiras históricas e culturais internalizadas.

Sobre a influência da mídia e da representação social, os autores Goellner (2005) e Almeida (2019) mostram que a visibilidade do futebol feminino é historicamente limitada, criando um ciclo de invisibilidade: menos exposição leva a menor interesse, o que justifica menos investimento e cobertura, perpetuando a marginalização. Essa lógica se reflete na escola, onde muitas vezes o futebol feminino não é tematizado nas aulas, e as atletas que se destacam raramente são apresentadas como modelos a seguir.

No contexto amazônico, como revelam registros históricos (Costa, 2017; UOL, 2017), o futebol feminino viveu momentos de destaque, como a trajetória do Iranduba e do 3B da Amazônia, mas também enfrenta fragilidades estruturais. Essa realidade local dialoga com o cenário nacional, demonstrando que, mesmo em regiões onde houve mobilização social e aumento de público, a sustentação dessas conquistas é frágil diante da ausência de políticas públicas contínuas e de patrocínio consistente.

Do ponto de vista pedagógico, a coeducação proposta pelos PCNs (Brasil, 1998) e a valorização da diversidade indicada na BNCC (Brasil, 2018) apresentam um horizonte inclusivo. Entretanto, como argumenta Pires et al. (2022), a simples previsão normativa não garante a efetivação de práticas equitativas. A distância entre o texto legal e a realidade escolar é alimentada por resistências culturais, formação docente insuficiente para lidar com questões de gênero e estruturas físicas que, muitas vezes, não favorecem a participação conjunta de meninos e meninas.

Ao analisar a aplicação do questionário, é fundamental compreender que ele foi respondido por alunas que vivenciam, no cotidiano, essas tensões entre o prescrito e o vivido. Como destaca Mariano (2010), a separação ou marginalização de meninas nas práticas esportivas não é apenas resultado da ação de professores, mas também de interações entre pares e da forma como os espaços são ocupados e simbolizados. O futebol, nesse sentido, é um campo privilegiado para observar como as relações de gênero se materializam na escola.

A escolha por trabalhar com estudantes do 9º ano se mostra relevante, pois, nesse estágio, as alunas acumulam anos de vivências escolares que moldaram suas percepções sobre o esporte. Esse acúmulo permite respostas mais conscientes e críticas, mas também revela como a trajetória escolar pode consolidar afastamentos



da prática, reforçando a ideia de que o futebol "não é para meninas". Como afirma Saraiva (1999), a ausência de experiências motoras diversificadas na infância impacta a autoconfiança e a participação em fases posteriores.

Não se pode ignorar que a questão de gênero na Educação Física está intrinsecamente ligada a outros marcadores sociais, como classe e raça. Giglio e Proni (2020) destacam que, no Brasil, o acesso ao esporte de qualidade é profundamente desigual, e essa desigualdade se intensifica para meninas negras e de classes populares. Isso significa que, em muitas escolas públicas, a escassez de recursos materiais e humanos se soma aos preconceitos de gênero, criando um cenário duplamente excludente.

O papel do professor, nesse contexto, é decisivo. Bracht (1997) argumenta que o esporte na escola deve ser tratado pedagogicamente, com foco no rendimento possível e na cooperação, e não no rendimento máximo e na exclusão dos menos experientes. A postura docente pode, portanto, funcionar como um catalisador de mudanças, estimulando a participação feminina e desafiando estereótipos. No entanto, sem formação específica e sem apoio institucional, muitos educadores acabam reproduzindo práticas excludentes.

A pesquisa de campo realizada aqui oferece subsídios para compreender como essas dinâmicas se manifestam em uma escola pública de Manaus. A análise dos dados não se limita a registrar respostas, mas busca interpretar o que elas revelam sobre a cultura escolar e sobre as possibilidades de intervenção pedagógica. Nesse sentido, o diálogo com a literatura especializada é essencial para identificar caminhos e obstáculos para a promoção da equidade de gênero no esporte escolar.

É igualmente importante considerar que as práticas esportivas escolares não ocorrem em um vácuo, mas em interação com as experiências extracurriculares das alunas. Muitas delas têm contato com o futebol fora da escola, em contextos comunitários ou familiares, mas nem sempre encontram na instituição escolar um espaço que valide e amplie essas vivências. Essa dissociação pode levar à percepção de que o futebol escolar é "masculino por padrão", enquanto o feminino ocupa um lugar periférico.

Por outro lado, o aumento da visibilidade do futebol feminino em eventos internacionais, como as Copas do Mundo, e a atuação de atletas como Marta e Formiga, podem atuar como motivadores para a prática. No entanto, como ressalta



Almeida (2019), sem políticas de base que garantam acesso e continuidade, esse entusiasmo tende a ser episódico. A escola, nesse sentido, tem potencial para converter inspiração em prática efetiva, mas precisa de intencionalidade pedagógica.

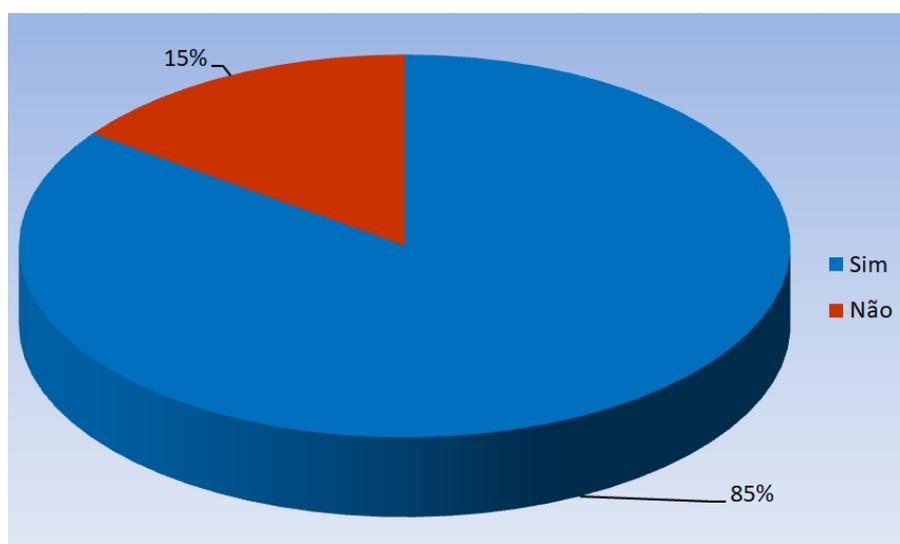
Ao situar a pesquisa nesse cenário complexo, percebe-se que o questionário aplicado não busca apenas mapear opiniões, mas captar sinais de mudança ou de persistência de padrões tradicionais. A leitura crítica das respostas permitirá identificar em que medida as estudantes se veem como parte do universo do futebol e quais barreiras ainda percebem para sua plena inserção.

Assim, antes de apresentar os resultados quantitativos e qualitativos obtidos, é imprescindível reafirmar que eles dialogam com uma história de desigualdade e luta por reconhecimento. Ao compreender o contexto, amplia-se a capacidade de interpretar os dados de forma mais profunda e de propor intervenções coerentes com as necessidades reais das alunas.

É nesse sentido que a primeira questão do questionário, analisada a seguir, adquire relevância especial, pois indaga diretamente sobre a experiência prévia das estudantes com a modalidade.

Trata-se aqui de um ponto de partida para entender não apenas a prática atual, mas também o histórico de envolvimento (ou de afastamento) das meninas em relação ao futebol no ambiente escolar: Você já teve alguma experiência com o futebol nas aulas de Educação Física neste ou nos outros anos?

Gráfico 1. Você já teve alguma experiência com o futebol nas aulas de Educação Física neste ou nos outros anos?



Fonte: Elaborado pelo Autor (2025)



A análise da primeira questão revela que 85% das alunas afirmaram já ter tido alguma experiência com o futebol nas aulas de Educação Física, enquanto 15% responderam negativamente. Esse dado inicial indica que a modalidade está presente na vivência escolar da maioria das estudantes, embora a taxa de participação não seja universal. A existência de um grupo que nunca teve contato com o futebol dentro do ambiente escolar levanta questões sobre a efetividade das políticas de inclusão esportiva e sobre a consistência da abordagem pedagógica nas aulas.

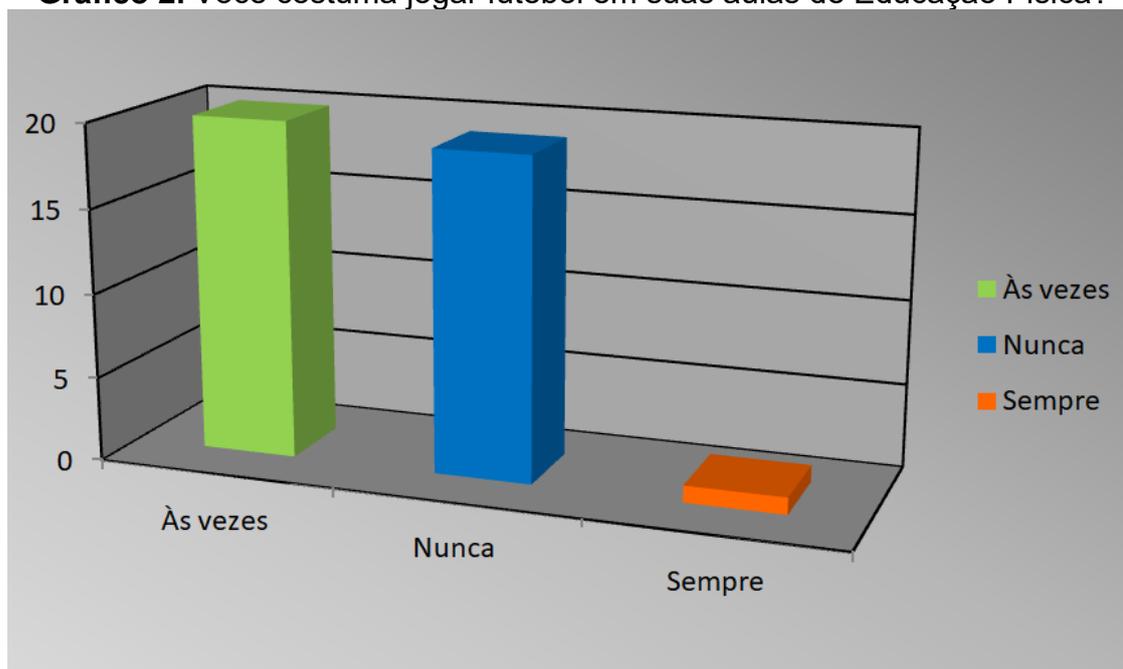
Segundo Bracht (1999), a simples presença do esporte no currículo não garante a participação de todos os alunos, sendo necessária uma mediação docente que busque engajar os menos experientes e romper com padrões excludentes. Nesse sentido, Louro (2014) destaca que, quando o futebol é conduzido de forma pouco inclusiva, tende a favorecer aqueles que já possuem habilidades prévias, muitas vezes adquiridas fora da escola, contexto que privilegia os meninos em função de estereótipos de gênero historicamente construídos.

A porcentagem de alunas que nunca vivenciaram o futebol escolar (15%) pode refletir tanto a ausência de oferta efetiva da modalidade quanto a existência de barreiras simbólicas e estruturais que afastam as meninas da prática. Goellner (2005) ressalta que a participação feminina no futebol é fortemente impactada por um legado histórico de exclusão, que ainda influencia a ocupação dos espaços esportivos. Dessa forma, compreender por que esse grupo não teve acesso é fundamental para pensar estratégias pedagógicas que promovam o direito de todas à experiência esportiva plena.

A segunda questão (“Você costuma jogar futebol em suas aulas de Educação Física?”) apresentou um resultado revelador sobre a frequência da prática dessa modalidade entre as alunas participantes: 20 responderam “às vezes”, 19 afirmaram “nunca” e apenas 1 declarou “sempre” participar. Esses dados evidenciam que, apesar de o futebol estar presente em alguma medida no contexto escolar, sua prática regular pelas meninas é bastante restrita.



Gráfico 2. Você costuma jogar futebol em suas aulas de Educação Física?



Fonte: Elaborado pelo Autor (2025)

O fato de apenas uma aluna relatar jogar futebol sempre nas aulas sugere a persistência de barreiras estruturais e culturais que dificultam a inserção contínua das meninas no esporte. Goellner (2005) argumenta que, mesmo quando há abertura formal para a participação feminina, as relações de gênero e o imaginário social ainda operam para limitar o envolvimento efetivo das estudantes. Isso se reflete no número elevado de respostas “nunca”, que indica não apenas ausência física na atividade, mas também uma possível exclusão simbólica.

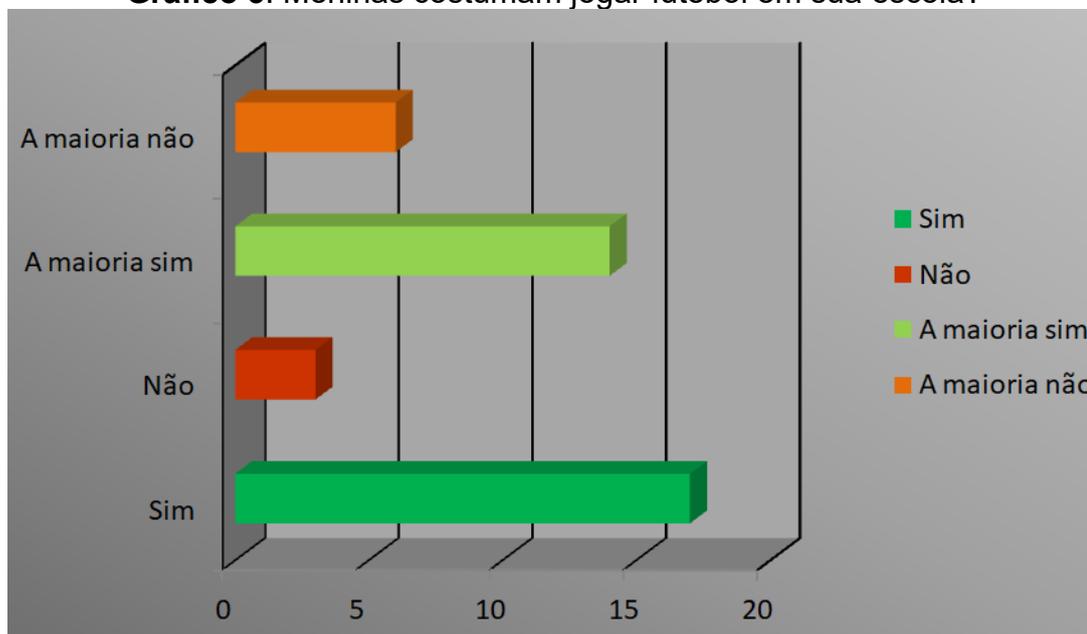
A predominância da opção “às vezes” sugere que a participação feminina ocorre de forma esporádica, possivelmente condicionada por fatores como a dinâmica das aulas, a organização das turmas e a presença de práticas pedagógicas mais ou menos inclusivas. Bracht (1997) enfatiza que a Educação Física escolar deve criar oportunidades constantes de vivência esportiva, superando o modelo competitivo e seletivo que, muitas vezes, afasta aqueles que não se encaixam no padrão de “atleta”.

Além disso, Louro (2014) lembra que a escola, como espaço formativo, tem o potencial de romper com estereótipos de gênero, mas, quando não atua intencionalmente, tende a reproduzi-los. Assim, a alta incidência de “nunca” e a baixa de “sempre” sinalizam que o futebol, embora esteja no repertório escolar, ainda não se constitui como prática plenamente integrada e democrática para as



meninas, reforçando a necessidade de intervenções pedagógicas que garantam igualdade de acesso e participação.

Gráfico 3. Meninas costumam jogar futebol em sua escola?



Fonte: Elaborado pelo Autor (2025)

A terceira questão (“Meninas costumam jogar futebol em sua escola?”) mostrou uma distribuição de respostas que aponta para uma presença relativamente expressiva da participação feminina no futebol escolar, mas ainda marcada por desigualdades e percepções distintas entre as participantes. Dos respondentes, 17 afirmaram “sim”, 3 responderam “não”, 14 indicaram que “a maioria sim” e 6 apontaram que “a maioria não”.

Esses números mostram que existe um contingente significativo de estudantes que reconhecem a presença das meninas nas práticas de futebol, o que pode indicar avanços no sentido da inclusão. No entanto, a existência de respostas que relativizam essa participação, como “a maioria sim” e “a maioria não”, evidencia que o cenário ainda não é homogêneo e que há variações de acordo com o contexto escolar, a turma e a organização das atividades. Como afirma Darido (2004), a simples presença de meninas no jogo não garante igualdade de condições, pois é preciso analisar a frequência, a forma de inserção e as oportunidades efetivas de protagonismo.

O contraste entre “sim” e “a maioria sim” chama atenção para uma possível diferença entre percepção individual e leitura coletiva. Enquanto o “sim” pode estar



relacionado a experiências diretas do(a) respondente, o “a maioria sim” aponta para uma avaliação mais ampla da realidade escolar, mas que ainda reconhece exceções. Por outro lado, as respostas “não” e “a maioria não” revelam que, para parte dos participantes, a presença feminina é mínima ou inexistente, possivelmente por barreiras estruturais, preconceitos ou ausência de incentivo. Goellner (2005) argumenta que, historicamente, o futebol foi marcado como território masculino, e essa herança cultural ainda influencia as práticas contemporâneas, mesmo em ambientes escolares.

Muitas vezes, essa escolha é moldada por fatores como a abordagem pedagógica dos professores, o espaço físico disponível, a divisão de turmas e a aceitação ou resistência dos meninos. Bracht (1997) alerta que o modelo tradicional de Educação Física tende a privilegiar o rendimento e a competição, o que pode afastar quem não se encaixa nesses padrões, reforçando exclusões de gênero.

O fato de 20% dos respondentes (somando “não” e “a maioria não”) afirmarem que as meninas não jogam futebol ou que a maioria não joga indica que, em alguns espaços, o esporte ainda não se consolidou como prática inclusiva. Isso reforça a importância de políticas pedagógicas e culturais que estimulem a participação de todos, combatendo estereótipos e promovendo a equidade de gênero. Como observa Louro (2014), a escola tem papel central na desconstrução das narrativas que associam certos esportes exclusivamente a um gênero, devendo criar ambientes seguros e encorajadores para que meninas se sintam pertencentes.

Além disso, a leitura desses dados convida a refletir sobre como a visibilidade das meninas no futebol escolar é percebida pelos próprios colegas. Em algumas escolas, a participação pode ocorrer em horários ou contextos menos visíveis, ou mesmo de forma informal, não sendo reconhecida por todos como parte integrante da rotina escolar. Isso demonstra que a inclusão não é apenas quantitativa, mas também qualitativa, e requer que o protagonismo feminino seja valorizado e legitimado pela comunidade escolar como um todo.

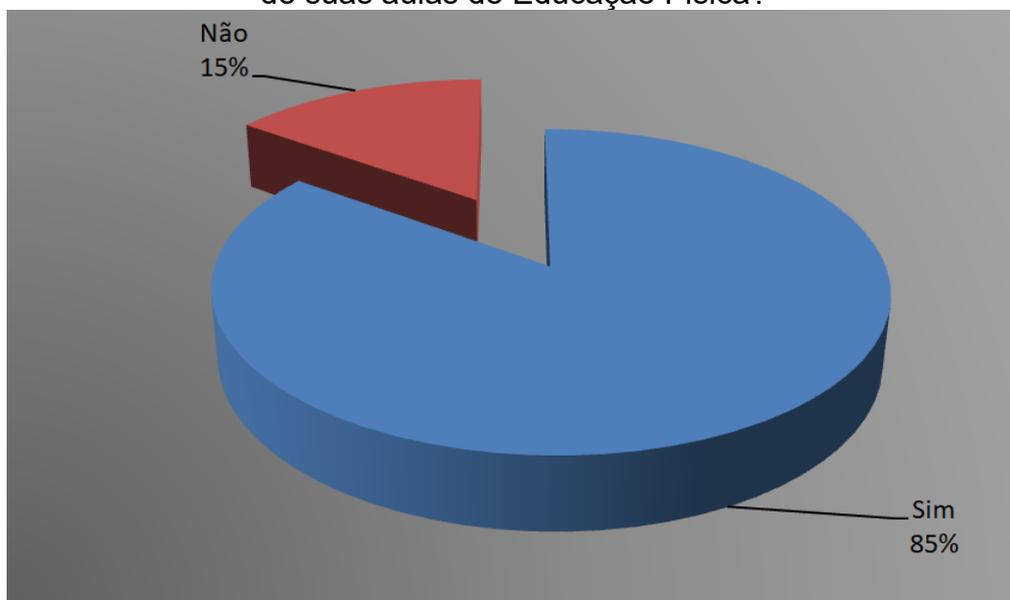
A quarta questão do questionário investigou a percepção dos alunos sobre a importância do futebol como parte integrante do programa de aulas de Educação Física. O resultado foi amplamente favorável: 85% (34 respondentes) responderam “Sim”, enquanto 15% (6 respondentes) disseram “Não”. Esses dados demonstram que, para a grande maioria, o futebol é considerado um conteúdo relevante dentro



do contexto escolar, revelando não apenas uma preferência esportiva, mas também uma compreensão, ainda que intuitiva, de seu valor educativo.

O elevado percentual de respostas positivas pode estar relacionado à forte presença cultural do futebol no Brasil, que, segundo Helal, Lovisolo e Soares (2001), transcende a esfera do lazer e se insere como elemento identitário nacional. A prática do futebol nas escolas, portanto, não é apenas uma atividade física, mas um fenômeno social que conecta os alunos a valores como trabalho em equipe, disciplina e respeito às regras, favorecendo a socialização e a integração entre diferentes grupos.

Gráfico 4. Você acha importante o futebol fazer parte do programa de suas aulas de Educação Física?



Fonte: Elaborado pelo Autor (2025)

Contudo, o fato de 15% dos participantes não reconhecerem essa importância merece reflexão. Esse grupo pode estar associado a experiências negativas em relação à prática, como exclusão de gênero, baixa habilidade técnica, falta de adaptação das regras ou mesmo ausência de interesse pessoal pelo esporte. Para Betti (2001), a Educação Física escolar deve atender à diversidade de interesses dos alunos, evitando que um único esporte ocupe espaço excessivo no currículo, o que pode gerar desmotivação em quem não se identifica com ele.

Avalia-se também que a percepção de importância do futebol não garante, por si só, uma prática pedagógica inclusiva e formativa. Segundo Bracht (2013), a Educação Física escolar precisa ir além da mera reprodução de jogos competitivos,



trabalhando o futebol de forma crítica e contextualizada, de modo que todos os alunos possam participar e compreender suas dimensões históricas, culturais e sociais. Assim, a relevância atribuída pelos estudantes deve ser acompanhada por um planejamento didático que promova a inclusão e evite a perpetuação de estereótipos e desigualdades.

Também é válido ressaltar que a aceitação majoritária do futebol nas aulas pode facilitar sua utilização como ferramenta para desenvolver habilidades motoras, cognitivas e socioemocionais. Como destacam Darido e Rangel (2005), o professor de Educação Física pode aproveitar o interesse natural pelo futebol para introduzir debates sobre regras, ética esportiva, saúde e questões de gênero, transformando a prática em um espaço de aprendizagem significativa.

A adesão majoritária à sua importância é uma oportunidade para potencializar sua função educativa, mas também um alerta para diversificar e democratizar as práticas esportivas no ambiente escolar, garantindo que todos os alunos, independentemente de gênero, habilidade ou interesse, encontrem sentido e pertencimento nas aulas de Educação Física.

Os resultados apontam que 25 participantes afirmaram que as aulas práticas de Educação Física ocorrem de forma mista, com meninos e meninas juntos, enquanto 15 responderam que as atividades são realizadas separadamente. Essa diferença quantitativa revela que, embora a maioria das turmas adote uma abordagem integrada, ainda há um número significativo de contextos escolares que optam por manter a divisão por gênero.

A realização conjunta das atividades pode indicar um esforço em direção à inclusão e à igualdade de oportunidades no ambiente escolar. De acordo com Devide e Altmann (2007), práticas mistas tendem a favorecer a interação social, a quebra de estereótipos e a valorização da cooperação entre os sexos, possibilitando que os estudantes aprendam a respeitar e lidar com diferenças de habilidade e força física. Esse formato também está alinhado às diretrizes da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que defende a promoção da equidade de gênero no ensino e a valorização da diversidade.



Gráfico 5. Nas atividades “práticas”,
meninos e meninas fazem aulas juntos ou separados?



Fonte: Elaborado pelo Autor (2025)

Por outro lado, a manutenção de turmas separadas em 15 casos pode estar associada a concepções ainda enraizadas sobre a suposta superioridade física dos meninos em determinadas modalidades, especialmente nos esportes de maior contato ou intensidade. Estudos como os de Altmann (2015) apontam que a segregação por gênero nas aulas de Educação Física tende a reforçar papéis tradicionais e limitar as possibilidades de aprendizagem integral, além de gerar barreiras para a construção de uma cultura de respeito e colaboração entre meninos e meninas.

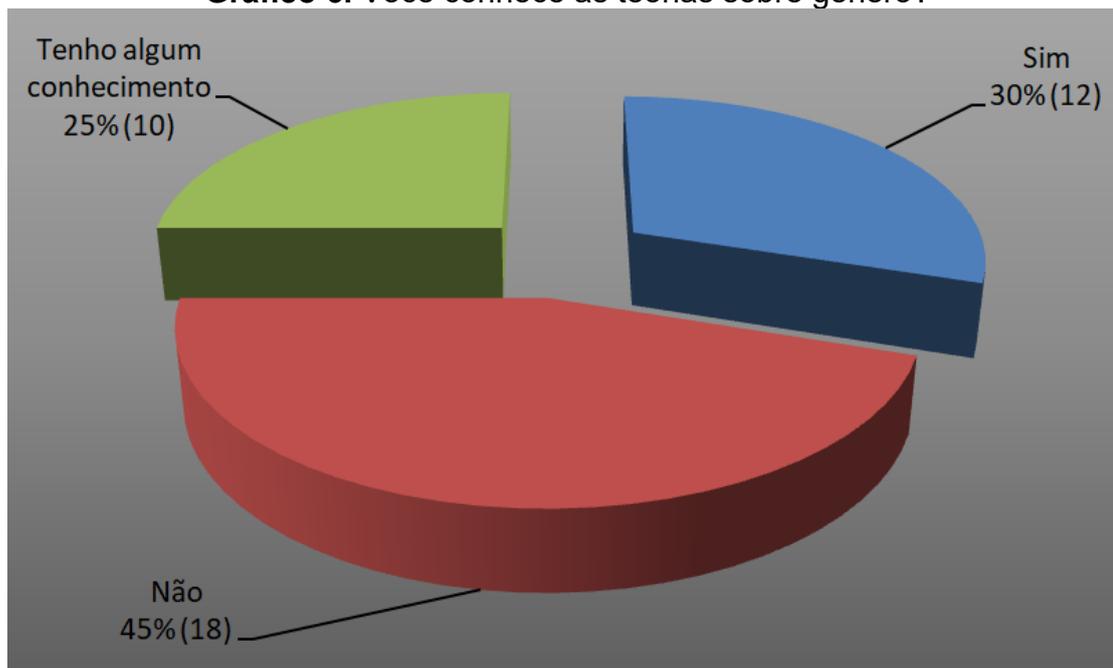
Vale considerar também que, em alguns casos, a separação pode ocorrer não apenas por preconceito ou tradição, mas por questões estruturais, como número reduzido de professores, disponibilidade de espaços e a própria organização pedagógica da escola. No entanto, mesmo nesses casos, Bracht (2013) destaca que é possível desenvolver estratégias de ensino que mantenham a interação entre os gêneros, ainda que em atividades adaptadas, promovendo momentos de integração e troca de experiências.

A análise dos dados também levanta a necessidade de discutir o papel do professor na mediação dessas relações. Em turmas mistas, cabe ao docente evitar



situações de exclusão ou subvalorização de determinados alunos, garantindo que todos participem de forma ativa e segura. Já em turmas separadas, é fundamental refletir sobre como garantir que as práticas não reproduzam desigualdades ou expectativas estereotipadas em relação ao desempenho esportivo de meninos e meninas.

Gráfico 6. Você conhece as teorias sobre gênero?



Fonte: Elaborado pelo Autor (2025)

Os resultados indicam que 12 participantes (30%) afirmaram ter conhecimento sobre as teorias de gênero, 18 (45%) declararam não possuir qualquer conhecimento a respeito e 10 (25%) disseram ter algum nível de conhecimento. Essa distribuição revela um cenário preocupante, uma vez que quase metade dos respondentes não domina conceitos fundamentais que orientam debates contemporâneos sobre igualdade, diversidade e inclusão no contexto escolar.

O fato de apenas 30% possuírem conhecimento consolidado aponta para uma lacuna formativa que compromete a capacidade de compreender e mediar questões de gênero de forma fundamentada. Segundo Louro (1997), a compreensão das teorias de gênero é indispensável para que educadores e estudantes possam reconhecer e problematizar as estruturas sociais que mantêm desigualdades entre homens e mulheres, bem como para combater preconceitos e estereótipos. No caso



específico da Educação Física, esse conhecimento é ainda mais relevante devido à presença histórica de práticas que reforçam a divisão sexual de modalidades esportivas e papéis atribuídos no jogo.

O percentual de 25% que afirma ter “algum conhecimento” revela um grupo que possivelmente teve contato superficial com a temática, mas que não aprofundou seu entendimento. Conforme Scott (1995), gênero não deve ser tratado apenas como sinônimo de diferenças biológicas, mas como uma construção social e cultural que molda relações de poder. Sem essa compreensão teórica, há o risco de interpretações simplistas ou equivocadas que, em vez de reduzir desigualdades, as reforcem no ambiente escolar.

De outro modo, a elevada taxa de desconhecimento (45%) demonstra que o tema ainda é marginalizado nos currículos e nas práticas pedagógicas. Estudos como o de Altmann (2015) apontam que, quando a formação docente não inclui discussões consistentes sobre gênero, as abordagens tendem a se limitar a ações pontuais e descontextualizadas, sem transformar efetivamente a cultura escolar. Nesse sentido, a ausência de uma base teórica sólida impede que educadores intervenham de maneira crítica diante de casos de discriminação ou desigualdade, perpetuando padrões excludentes.

Além disso, a falta de conhecimento sobre teorias de gênero pode dificultar a implementação de políticas públicas e diretrizes que visam promover equidade na escola, como as orientações da BNCC, que destacam a importância de considerar a diversidade e os direitos humanos no processo de ensino-aprendizagem. Sem formação adequada, professores podem ter dificuldades para traduzir tais princípios em práticas concretas, o que limita o alcance das políticas educacionais.

Diante desses dados, torna-se evidente a necessidade de ampliar espaços formativos que discutam gênero de forma crítica e contextualizada, envolvendo não apenas professores, mas também estudantes. Como defendem Louro (2003) e Butler (1990), compreender gênero implica reconhecer que as desigualdades são produzidas e reproduzidas nas interações cotidianas, e que a escola desempenha papel central na sua transformação. Assim, trabalhar essa temática é não apenas uma questão de conteúdo curricular, mas um compromisso ético com a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

A análise das respostas abertas revela um quadro complexo, onde o futebol, apesar de estar presente no currículo, ainda se inscreve em um território de disputas



simbólicas e materiais. Uma estudante sintetiza: “A maioria das vezes somos impedidas pelo machismo e falamos que somos ruins”. Essa frase não é apenas um relato individual, mas um indicador da persistência de um regime de significados que naturaliza a exclusão das mulheres no esporte escolar. Ao falar em “machismo” no contexto da quadra, essa aluna explicita que as barreiras não estão apenas na técnica ou no físico, mas na forma como as relações são mediadas, no modo como o espaço é regulado por expectativas de gênero.

O que chama atenção é que, mesmo diante desse quadro, há resistência. “Nenhuma menina tem que ser impedida pelo gênero”, afirma outra participante. A contundência da frase quebra a narrativa de que as meninas ocupam o futebol apenas como toleradas; há aqui uma reivindicação de pertencimento que não pede permissão, mas afirma um direito. Tal postura dialoga com a perspectiva de Scott (1995), que entende gênero como uma categoria de poder que deve ser confrontada para que a participação seja, de fato, equitativa.

As respostas também mostram como as barreiras podem ser sutis, disfarçadas de práticas pedagógicas supostamente neutras. Quando uma aluna comenta que “na maioria das vezes, o futebol é mais voltado para o masculino na escola”, ela aponta para um viés de atenção e de centralidade que molda todo o processo. Não se trata de proibição explícita, mas de um direcionamento que, repetido ao longo do tempo, reforça quem é percebido como protagonista e quem aparece como coadjuvante.

Há uma dimensão ainda mais delicada: a exclusão travestida de proteção. “Os meninos têm uma força que não permite que as meninas participem, mas não são os meninos, e sim o professor que não deixa elas jogarem com eles”. Essa fala desnuda o papel do mediador adulto na manutenção das desigualdades. Ao retirar as meninas do jogo sob a justificativa de evitar acidentes, o professor reforça a narrativa de fragilidade feminina, transferindo o problema de um suposto risco físico para uma exclusão real e imediata.

“Os meninos têm mais apoio, tanto de pais, professores, alunos, do que o futebol feminino”. Aqui, o apoio é capital simbólico, visibilidade e reconhecimento, elementos que, no esporte, contam tanto quanto a técnica. Essa desigualdade de incentivo contribui para a manutenção de um ciclo em que o feminino continua sendo percebido como secundário e menos relevante.



Há também respostas que expõem o peso emocional dessa disputa. “*Fico com vergonha de errar na frente deles*”. Esse constrangimento não nasce do erro em si, mas da antecipação do julgamento. Quando o ambiente esportivo é construído como prova de competência e não como espaço de aprendizado, os erros viram marcadores de pertencimento e, nesse jogo, as meninas já começam em desvantagem.

Nem todas as falas são pessimistas. Há quem diga: “*Na minha sala não temos problema nisso, os meninos nos apoiam a jogar e isso é bom, é ótimo*”. Essa experiência positiva indica que contextos de maior integração são possíveis, desde que haja uma cultura de respeito e uma mediação pedagógica coerente. No entanto, são ilhas num mar de práticas ainda marcadas por barreiras.

Algumas respostas escancaram a violência simbólica: “*Alguns homens falam que mulheres não são para jogar futebol e sim para lavar louça*”. Nessa questão, o preconceito se conecta a papéis sociais historicamente atribuídos ao feminino, mostrando que a disputa na quadra é também reflexo de uma luta mais ampla por espaço e reconhecimento na sociedade.

O discurso sobre “força” aparece de forma recorrente, mas é usado de modos distintos. Para alguns, é justificativa para separar; para outros, é um dado a ser administrado sem exclusão. Essa ambiguidade mostra que a força física é um argumento maleável, capaz de legitimar tanto práticas inclusivas quanto excludentes, dependendo da postura do mediador e do grupo.

Em várias falas, o termo “*machismo*” é usado de forma direta, sem mediações acadêmicas, mas com precisão política. As alunas que nomeiam o machismo como barreira não estão fazendo um diagnóstico teórico, mas relatando a vivência cotidiana de ter sua presença questionada. Essa consciência, ainda que não formalizada em termos acadêmicos, é um ponto de partida potente para o trabalho pedagógico.

Algumas percepções revelam uma naturalização preocupante: “*Talvez o gênero masculino tenha mais força e experiência...*”. Neste ponto, o “*talvez*” funciona como suavizador de um pressuposto já aceito como verdadeiro, mostrando como o senso comum internaliza diferenças como dados biológicos incontornáveis, quando boa parte delas é resultado de desigualdades de acesso e de treinamento.

Há também falas que relativizam a barreira: “*No meu caso eu não vejo barreiras, as meninas conseguem fazer o mesmo que os garotos*”. Essa visão



individual positiva pode coexistir com um cenário mais amplo de desigualdade. A experiência pessoal de integração não apaga o fato de que, em outros contextos, a exclusão é prática comum.

O futebol aparece como campo de disputa também entre as próprias meninas. Algumas não querem participar, não por falta de interesse no esporte, mas por se recusarem a enfrentar o ambiente hostil ou o julgamento constante. Outras resistem e insistem em ocupar esse espaço, ainda que enfrentem resistência.

Em muitas falas, a defesa da igualdade vem acompanhada de referências a atletas e exemplos do futebol profissional, como Marta, Formiga e Rayssa Leal (do skate, mas citada como modelo). Isso indica que a visibilidade feminina no esporte de alto rendimento influencia a percepção das jovens, funcionando como contra-narrativa ao discurso de que “futebol não é para mulher”.

Ao mesmo tempo, não se pode ignorar que algumas respostas trazem elementos de concordância parcial com a separação de gêneros, fundamentando-a na diferença de força física. Esse tipo de argumento, quando não problematizado, serve de base para práticas que reduzem as oportunidades de interação e aprendizado conjunto.

O que se percebe é que a barreira de gênero nas aulas de Educação Física não se limita ao futebol, mas nele se torna mais evidente. Isso porque o futebol, na cultura brasileira, carrega um peso simbólico muito maior do que outras modalidades, funcionando como medidor de status e habilidade entre os pares.

Algumas respostas mostram que, mesmo em contextos de maior abertura, as meninas ainda sentem necessidade de provar competência. Isso reforça a ideia de que inclusão não é apenas estar em campo, mas estar em condições iguais de participar, errar, aprender e ser reconhecida.

Há também críticas ao papel dos próprios colegas: “Às vezes, os meninos falam que as meninas não conseguem jogar bola, porque o lugar de menina não é na quadra sozinha”. A frase explicita a resistência masculina à ocupação do espaço físico, revelando que a disputa começa no direito de estar presente, antes mesmo da disputa pelo protagonismo no jogo.

Por outro lado, experiências positivas mostram que quando há mediação eficaz, o futebol pode ser espaço de colaboração e quebra de estereótipos. Professores que estabelecem regras claras, distribuem papéis de forma equilibrada



e valorizam a participação de todos criam condições para que as meninas se sintam seguras e motivadas.

O problema é que, na ausência dessa mediação, prevalece a lógica da “lei do mais forte”, em que habilidades prévias e alianças informais determinam quem joga e por quanto tempo. Nesse modelo, a inclusão das meninas depende de concessões, não de direitos, o que perpetua a desigualdade.

A leitura das respostas permite concluir que as barreiras existem em diferentes intensidades e formatos: explícitas, como a proibição de jogar; implícitas, como o tempo reduzido de participação; e simbólicas, como o questionamento constante da capacidade feminina.

A questão de gênero, assim, não é apenas mais um tema nas aulas de Educação Física, mas um elemento estruturante das relações que ali se constroem. Ignorá-la é perpetuar um modelo que beneficia uns e marginaliza outros, mesmo sob o discurso de igualdade formal.

Há, no entanto, um dado encorajador: a presença de vozes dispostas a nomear e enfrentar o preconceito. Esse movimento, ainda que minoritário, indica que mudanças culturais podem surgir de ações locais e cotidianas, quando apoiadas por práticas pedagógicas coerentes.

Essas vozes também mostram que o debate sobre gênero nas aulas de Educação Física não pode se limitar a momentos pontuais ou datas comemorativas, mas deve atravessar o currículo e as práticas diárias. É na repetição das interações respeitadas que se constrói a confiança para participar sem medo de julgamento.



10. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante dos resultados encontrados e das discussões realizadas, temos um conjunto de informações que nos ajudam a responder as inquietações que motivaram a realização desta pesquisa.

Nitidamente, o futebol faz parte do repertório escolar, estando presente nas aulas de educação física e tendo sua importância reconhecida pelas meninas neste universo. A prática feminina da modalidade, por sua vez, encontra barreiras. Os resultados mostram que a maioria das meninas joga futebol na escola apenas “às vezes” ou “nunca”, o que confirma que apesar de o futebol estar presente na escola e que as meninas reconheçam ser importante se abordar a modalidade no ambiente escolar, o futebol traz consigo o repertório masculinizado que historicamente o acompanha, de fora para dentro espaço educativo.

A maior parte das entrevistadas afirmou que em suas aulas, meninos e meninas participam juntos, de forma mista. No entanto, foi grande a quantidade de relatos que revelaram barreiras de gênero dos meninos para com as meninas no ambiente de prática do futebol, o que atesta que há sim impedimentos nessa relação, o que acaba afetando a prática da modalidade por parte das meninas na escola.

A grande quantidade de respostas negativas sobre possuir conhecimentos das teorias de gênero, leva a concluir que esse assunto ainda é um tabu nas escolas, não sendo abordado de maneira contributiva para o desenvolvimento do senso crítico dos estudantes, o que acaba fortalecendo tamanha desigualdade de oportunidades e de vivências, sobretudo, na educação física, com atividades que exijam maior desempenho físico.

Nesse sentido, este trabalho emerge como um documento de confirmação de que a prática do futebol feminino escolar é deficitária, sobretudo pelas barreiras de gênero encontradas no ambiente escolar, devendo estas serem combatidas com discussões acerca das teorias que abordam esse tema, bem como, com alternativas que combatam as práticas tradicionais da modalidade, possibilitando novas vivências que contribuam para um ambiente mais harmonioso e igualitário.

Por sua vez, o Produto Educacional oriundo desta pesquisa, surge como um documento norteador, capaz de contribuir com a redução dessas desigualdades,



auxiliando professores e professoras que desejam mudar o atual cenário encontrado no ambiente escolar.



REFERÊNCIAS

A CRÍTICA. Na Colina, 3B inicia busca por conquista inédita no cenário nacional. Disponível em: <https://www.acritica.com/esportes/na-colina-3b-inicia-busca-por-conquista-inedita-no-cenario-nacional-1.279180>. Acesso em: 01 Ago. 2025.

ALMEIDA, C. S. Estatuto da FIFA e a igualdade de gênero no futebol: histórias e contextos do futebol feminino no Brasil. *Fúlia/UFMG*, Belo Horizonte, v. 4, n. 1, p. 72-81, jan./abr. 2019.

ALTMANN, Helena. Marias (e) Homens nas Quadras: sobre a ocupação do espaço físico escolar. *Educação & Realidade*, [S. l.], v. 24, n. 2, 2015. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/55438>. Acesso em: 3 jun. 2025.

BATALHA, Eliana Ratto de Castro. Recomendações técnicas para construção dos produtos educacionais. Guia (Produto Educacional de Mestrado). Instituto Federal Sul-Rio-Grandense, Pelotas, 2019.

BONFIM, A. F. Football Feminino entre festas esportivas, circos e campos suburbanos: uma história social do futebol praticado por mulheres da introdução à proibição (1915-1941). 2019. 213 p. Dissertação (Mestrado em História, Política e Bens Culturais) - Escola de Ciências Sociais, Fundação Getúlio Vargas, 2019.

BRACHT, V. Educação Física e aprendizagem social. 2. ed. Porto Alegre: Magister, 1997. 122 p.

BRACHT, V. A constituição das teorias pedagógicas da Educação Física. *Caderno Cedes*, Campinas, v. 19, n. 48, p. 69-88, ago. 1999.

BRACHT, V. Esporte na escola e esporte de rendimento. *Movimento*, [S. l.], v.6, n.12, p. 14-24.jan. 2000.

CARRANO, P. C. Futebol: Paixão e Política. Rio de Janeiro: DP&A, 2000. 155 p.

COSTA, L, M. O futebol feminino nas décadas de 1940 a 1980. Revis. do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, n.13, p. 493-507, 2017.

DA MATTA, R. *et al.* Universo do Futebol: Esporte e sociedade brasileira. Rio de Janeiro: Pinakotheke, 1982. 124 p.



DACOSTA, L (org). Atlas do Esporte no Brasil. Brasil: Ed. Shape, 2005. 924 p.

DAOLIO, J. Cultura: educação física e futebol. 3. ed. Campinas: Editora Unicamp, 2006. 152 p.

DARIDO, S. C. A educação física na escola e o processo de formação dos não praticantes de atividade física. Revista Brasileira De Educação Física e Esporte, v. 18, n.1, p. 61-80, 2004.

EBC. Ministério do Esporte, Caixa e CBF anunciam investimentos no futebol feminino. Disponível em: <https://memoria.ebc.com.br/agenciabrasil/noticia/2013-09-16/ministerio-do-esporte-caixa-e-cbf-anunciam-investimentos-no-futebol-feminino>. Acesso em: 01 Ago. 2025.

ELSEY, B; NADEL, J. Futbolera: A History of Women and Sports in Latin America. 1. ed. Texas: University of Texas Press, 2019. 368 p.

GIGLIO, S. S.; PRONI, M. W. (org.). O futebol nas ciências humanas no Brasil. Campinas: Editora da Unicamp, 2020. 800 p.

GOELLNER, S. V. Mulheres e futebol no Brasil: entre sombras e visibilidades. Rev. Bras. de Educ. Física e Esporte, v. 19, n. 2, p. 143-151, 2005.

GONZÁLEZ, F. J.; FENSTERSEIFER, P. E. Entre o “não mais” e o “ainda não”: pensando saídas do “não-lugar” da EFE I. Cadernos de Formação RBCE, Brasília, v. 1, n. 2, p. 9-24, mar. 2010.

JUNIOR, O. A. S.; GAFFNEY, C.; RIBEIRO, L. C. Q (org.). Brasil: Os impactos da Copa do Mundo 2014 e das Olimpíadas 2016. 1. ed. Rio de Janeiro: E-papers, 2015. 542 p.

LOURO, G. L. Gênero, Sexualidade e Educação: uma perspectiva pós-estruturalista. 16. ed. Petrópolis: Vozes, 1997. 184p.

LOURO, G. L. Corpo, Escola e Identidade. Educação & Realidade, [S. l.], v. 25, n. 2, 2014. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/46833>. Acesso em: 3 mai. 2025.



MELO, V. A. (org.). Os sports e as cidades brasileiras: transição dos séculos XIX e XX. 1. ed. Rio de Janeiro: Apicuri, 2010. 356 p.

MOURA, E. L. Nos domínios do futebol feminino: Rio de Janeiro e São Paulo como cenário (1913 – 2003). 1. ed. Maceió: Edufal, 2015. 175 p.

MARIANO, M. Educação Física na educação infantil e as relações de gênero: educando crianças ou meninos e meninas? 2010. 134 p. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Programa de Pós-Graduação em Educação Física, Unicamp, Campinas, 2010.

MINAYO, M. C. S. O Desafio do Conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. 8. ed. São Paulo: Hucitec, 2004.

NASCIMENTO, J. F.; BRAGA, M. S. S. O futebol como meio campo para a política: o jogo além das quatro linhas. Rev. Sociol. Polit., Curitiba, v. 30, n. 23, p. 1-25, Jul. 2022.

OLIVEIRA, E.F. O ópio do povo? O futebol e as manifestações políticas no Brasil entre 2013 e 2020. Sociedade e Cultura, Goiânia, v. 24, Jun. 2021. DOI: 10.5216/sec.v24.65892. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/fcs/article/view/65892>. Acesso em: 3 fev. 2024.

PIRES, A. H. R. *et al.* Gênero e educação física escolar: reflexões a partir da aplicação do modelo do Sport Education. Corpoconsciência, v. 26, n. 2, p. 149-164, mai./ago. 2022.

PRADO, V. M.; ALTMANN, H.; RIBEIRO, A. I. M. Condutas naturalizadas na Educação Física: uma questão de gênero? Currículo sem fronteiras, v. 16, n. 1, p. 59-77, jan./abr. 2016.

RSSSF Brasil. VI Taça Brasil de Futebol Feminino 1988, disputado no início de 1989. 2025. Disponível em: <https://rsssfbrazil.com/tablesae/br1988w.htm>. Acesso em: 01 Ago. 2025.

RODRIGUES FILHO, M. O negro no futebol brasileiro. 4. ed. Rio de Janeiro: Mauad, 2003. 343 p.

ROMERO, E. A Educação Física a Serviço da Ideologia Sexista. Revis. Brasileira de Ciências do Esporte, Brasília, v. 15, n. 3, p. 226-234. jan. 1994.



SALVINI, L; MARCHI JÚNIOR, W. “Guerreiras de chuteiras” na luta pelo reconhecimento: relatos acerca do preconceito no futebol feminino brasileiro. Revis. Bras. Educ. Fís. Esporte, São Paulo, vol. 30, n. 2, p. 303-311, abr./jun. 2016.

SARAIVA, M. C. Co-Educação Física e Esportes: quando a diferença é mito. 2. ed. Ijuí: Ed. Unijuí, 1999. 200 p.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Educação & Realidade, Porto Alegre, v. 2, n. 20, p. 71-100, jul./dez. 1995.

SILVA, G. C. Mulheres impedidas: a proibição do futebol feminino na imprensa de São Paulo. 2015. 135 p. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

SILVA, G. M.; SECCO, H. A.; NAKANO, T. C. Percepção das atletas do futebol feminino em relação à prática da modalidade no Brasil. Res., Soc. Dev. [S. l.], v. 11, n. 7. e3511729418, 2022. DOI: 10.33448/rsd-v11i7.29418. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/29418>. Acesso em: 15 abr. 2024.

SOUZA, M. M. V. Campeonato de futebol “Peladão Indígena” um olhar sociocultural, 2017. 71 p. Dissertação (Mestrado em Sociedade e Cultura na Amazônia) – Instituto de Ciências Humanas e Letras, Universidade Federal do Amazonas, 2017.

SOUZA JUNIOR, O. M.; DARIDO, S.C. A prática do futebol feminino no ensino fundamental. Rev. Motriz, v. 8, n. 1, p. 1-9, 2002.

TEIXEIRA, R. A. A mulher no futebol: o bullying e o cyberbullying no contexto de gênero. 2016. 67 p. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Humano) - Instituto de Biociências, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2016.

UOL. Manaus, o lugar onde o futebol feminino é o verdadeiro esporte nacional. Disponível em: <https://www.uol.com.br/esporte/futebol/ultimas-noticias/2017/07/08/manaus-o-lugar-onde-o-futebol-feminino-e-maior-que-o-masculino.htm>. Acesso em: 01 Ago. 2025.



APENDICES

APENDICE A – QUESTIONÁRIO A SER APLICADO NA PESQUISA

1) Você já teve alguma experiência com o futebol nas aulas de Educação Física neste ou nos outros anos?

SIM NÃO

2) Você costuma jogar futebol em suas aulas de Educação Física?

SEMPRE NUNCA AS VEZES

3) Meninas costumam jogar futebol em sua escola?

SIM NÃO A MAIORIA SIM A MAIORIA NÃO

4) Você acha importante o futebol fazer parte do programa de suas aulas de Educação Física?

SIM NÃO

5) Nas atividades “práticas”, meninos e meninas fazem aulas juntos ou separados?

JUNTOS SEPARADOS

6) Você conhece as teorias sobre gênero?

SIM NÃO TENHO ALGUM CONHECIMENTO

7) O que você pensa sobre as questões de gênero na educação física? Existem barreiras? Escreva à vontade.



8) O que você pensa sobre a frase “futebol não é para mulher”? Você acha que o gênero define os esportes que homens e mulheres podem praticar? Escreva à vontade.



APENDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO FÍSICA EM REDE NACIONAL
TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Eu, _____, RG n.º _____
responsável pelo menor(a) _____ dou
permissão para que o mesmo participe da pesquisa, na condição de participante
colaborador(a), fornecendo informações necessárias para o desenvolvimento da
mesma, cujo título é: “GÊNERO E O FUTEBOL FEMININO NA ESCOLA: UMA
PROPOSTA PEDAGÓGICA DE EDUCAÇÃO FÍSICA NAS SÉRIES FINAIS DO
ENSINO FUNDAMENTAL”, a qual será desenvolvida sob a responsabilidade do
mestrando pesquisador YAN LUIS BARROS DUARTE, sob a orientação do . PROF.
DR. DAURIMAR PINHEIRO LEÃO, da Universidade Federal do Amazonas - UFAM.
A pesquisa será desenvolvida em escolas municipais da cidade de Manaus, com
discentes do 9º ano do ensino fundamental.

Estou ciente que a utilização das informações por mim prestadas serão restritas a
esta pesquisa; e que haverá manutenção do sigilo e da privacidade dos participantes
do estudo durante todas as fases da pesquisa, pois nas falas, não aparecerão seus
nomes. Também estou ciente da garantia de plena liberdade que tenho, de recusar-
me a participar ou retirar meu consentimento, em qualquer fase da pesquisa, sem
penalização alguma.

Estou ciente que inicialmente, não estão previstos custos aos participantes da
pesquisa. Porém, caso haja, todos serão ressarcidos diretamente pelo
pesquisador via conta bancária em contas indicadas pelos responsáveis dos
participantes. Estão assegurados o direito a pedir indenizações e cobertura material
para reparação a dano, que possa ser causado pela pesquisa ao participante, bem
como o direito de assistência integral gratuita devido a danos diretos/indiretos e
imediatos/tardios decorrentes da participação no estudo ao participante, pelo tempo
que for necessário.

Concordo, voluntariamente, em participar deste estudo, pois, estarei colaborando
com informações úteis para a pesquisa científica e estou ciente que quaisquer
informações ou esclarecimentos adicionais acerca deste estudo poderão ser
solicitados em qualquer tempo ao mestrando pesquisador responsável YAN LUIS
BARROS DUARTE, através dos meios e-mail: yanluisduarte@gmail.com e Telefone:
(92) 99317-4310, ou em seu endereço institucional, Rua Estrela Guia, s/nº, bairro
Gilberto Mestrinho, Manaus.



Estou ciente que esta pesquisa é autorizada pela Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP) e pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da UFAM (CEP/UFAM), localizado na Av. General Rodrigo Octávio, 6200, Coroado 1, telefone 3305-1181, ramal 2004, e-mail: cep.ufam@gmail.com e horário de atendimento das 8h às 12h e das 13h às 17h, de segunda-feira a sexta-feira. O CEP/UFAM é uma comissão constituída por membros de várias áreas de conhecimento e representantes dos participantes em pesquisa, que tem por finalidade a avaliação da pesquisa com seres humanos na Instituição, em conformidade com a legislação brasileira regulamentada pelo Conselho Nacional de Saúde.

Tenho conhecimento de que este documento será emitido em duas vias, as quais serão ambas rubricadas, em todas as páginas, e assinadas por mim e pelo pesquisador responsável, ficando cada parte de posse de uma via.

CONSENTIMENTO PÓS INFORMADO

Li e concordo em participar da pesquisa.

Assinatura do(a) responsável pelo participante voluntário(a):

Assinatura do Pesquisador Responsável:

Manaus, ____ de _____ de 202__.



APENDICE C – TERMO DE ASSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TALE)

PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO

MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO FÍSICA EM REDE NACIONAL

TERMO DE ASSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidada a participar da pesquisa “GÊNERO E O FUTEBOL FEMININO NA ESCOLA: UMA PROPOSTA PEDAGÓGICA DE EDUCAÇÃO FÍSICA NAS SÉRIES FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL”, coordenada pelo pesquisador Profº Yan Luis Barros Duarte – TEL: 92993174310. Queremos investigar se, e como, ocorre a prática do futebol em escolas públicas de Ensino Fundamental da cidade de Manaus em relação ao gênero dos estudantes.

Caso seu responsável autorize a sua participação, mesmo assim, você poderá negar, estando livre para participar ou não. Você e/ou o seu responsável poderão deixar de participar a qualquer momento, sem nenhum problema.

Durante a pesquisa você pode correr alguns riscos, como sentir-se tímida ou envergonhada e não querer responder algum dos questionamentos. Caso isso aconteça, você não é obrigada a continuar a participação na pesquisa.

Seu nome ou o material que indique sua participação não será liberado sem a permissão do seu responsável. Este termo encontra-se impresso em duas vias, sendo que uma ficará com o pesquisador responsável e a outra será entregue a você.

CONSENTIMENTO PÓS INFORMADO

Eu _____ aceito participar da pesquisa “GÊNERO E O FUTEBOL FEMININO NA ESCOLA: UMA PROPOSTA PEDAGÓGICA DE EDUCAÇÃO FÍSICA NAS SÉRIES FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL”.

1. Entendi os riscos que posso correr durante a pesquisa;
2. Entendi que posso dizer “sim” e participar, mas que, a qualquer momento, posso dizer “não” e desistir sem nenhum problema;
3. Os pesquisadores tiraram minhas dúvidas e conversaram com os meus responsáveis;
4. Recebi uma via deste termo de assentimento. A outra via ficará com o pesquisador responsável Yan Luis Barros Duarte.

Manaus, _____ de _____ de 202__.

ASSINATURA DO(A) MENOR

ASSINATURA DO PESQUISADOR



APENDICE D – CAPA DO PRODUTO EDUCACIONAL

FUTEBOL FEMININO NA ESCOLA

Incentivo, Inclusão e Protagonismo
das Meninas no Esporte Escolar



Autores:

YAN LUIS BARROS DUARTE e DAURIMAR PINHEIRO LEÃO





ANEXO A – PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP/UFAM

UNIVERSIDADE FEDERAL DO
AMAZONAS - UFAM



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: GÊNERO E O FUTEBOL FEMININO NA ESCOLA: UMA PROPOSTA PEDAGÓGICA DE EDUCAÇÃO FÍSICA NAS SÉRIES FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

Pesquisador: Yan Luis Barros Duarte

Área Temática:

Versão: 3

CAAE: 84811224.4.0000.5020

Instituição Proponente: Faculdade de Educação Física e Fisioterapia

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 7.360.165

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2410734.pdf	26/12/2024 23:32:51		Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TALE.pdf	26/12/2024 23:32:11	Yan Luis Barros Duarte	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.pdf	12/12/2024 00:15:39	Yan Luis Barros Duarte	Aceito
Folha de Rosto	Folha_de_rosto_Yan.pdf	07/11/2024 01:42:45	Yan Luis Barros Duarte	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	PROJETO_PLATAFORMA_BRASIL.docx	07/11/2024 01:37:15	Yan Luis Barros Duarte	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

MANAUS, 05 de Fevereiro de 2025

Assinado por:

Eliana Maria Pereira da Fonseca
(Coordenador(a))